

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, PANDEMIA DA SARS-COV-2 (COVID-19) E TENDÊNCIA DE APROFUNDAMENTO DA *BARBÁRIE*, “SE TIVERMOS SORTE!”

Iael de Souza¹
Francisco Eduardo de Oliveira Cunha²

Resumo

Este ensaio tem como objetivo discutir alguns elementos da crise estrutural do capital, buscando explicitar como a pandemia desnuda os limites estruturais do funcionamento do seu *sociometabolismo*. Nesse sentido, busca-se desvelar a natureza da crise estrutural que experimenta o capitalismo contemporâneo, retirando o foco da crise sanitária, apresentada apenas como um fenômeno que intensifica esta crise maior, profunda e duradoura, instigando, ainda, a reflexão dos cenários pós-crise da Covid-19 que venham a se desenvolver numa perspectiva de transformações ainda mais intensas e espúrias ao mundo do trabalho e à sociedade como um todo.

Palavras Chave: Crise estrutural, Pandemia, Barbárie

STRUCTURAL CRISIS OF CAPITAL, SARS-COV-2 PANDEMIC (COVID-19) AND THE TREND OF DEEPENING BARBARISM, “IF WE HAVE LUCK!”

Abstract

This essay aims to discuss some elements of the structural crisis of capitalism, seeking to explain how the pandemic reveals the structural limits of the functioning of its sociometabolism. In this sense, it seeks to unveil the nature of the structural crisis that contemporary capitalism is experiencing, removing the focus of the health crisis, presented only as a phenomenon that intensifies this major, deep and lasting capitalista crisis. It also instigates the reflection of the post-crisis scenarios of Covid-19 that may develop itself in a perspective of even more intense and spurious transformations in the world of work and in society as a whole.

Key words: Ctructural crisis, Pandemic, Barbarism.

¹ Doutora em Educação pela UNICAMP/SP; Mestre em Ciências Sociais pela UNESP/Marília. Professora efetiva do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) e colaboradora do Curso de Ciências Econômicas da UFPI/Teresina. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Emancipação Humana (NESPEM), da UFPI/Teresina e do NETSS (Núcleo de Estudos Trabalho, Saúde e Subjetividades), da UNICAMP/SP. E-mail: jaelde@gmail.com.

² Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFC/CE. Professor do Departamento de Ciências Econômicas – DECON da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Pesquisador do Núcleo de Economia Regional do Piauí – NERPI/DECON. E-mail: eduoliveira@ufpi.edu.br.

Introdução

“E aquilo que nesse momento se revelará aos povos
Surpreenderá a todos não por ser exótico
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto
Quando terá sido o óbvio” (UM ÍNDIO – Caetano Veloso)

A SARS-2 (Síndrome Respiratória Aguda Grave) é classificada como segunda porque a primeira ocorreu em 2003, transformando-se numa epidemia que contagiou o mundo, sendo caracterizada como a primeira doença desconhecida do século XXI. Logo, a SARS-2 descende da SARS-1, não se tratando de nenhuma novidade, denotando a negligência e descaso das corporações farmacêuticas e grandes laboratórios com a medicina emergencial voltada à pesquisa e desenvolvimento de novos antibióticos e antivirais.

São anos de investimento sem lucro à curto prazo, sendo muito mais rentável voltar-se à produção de antidepressivos, ansiolíticos, tranquilizantes viciantes, remédios cardíacos, que lideram o mercado. Como afirma Davis (2020, p. 11): “Uma vacina universal contra a gripe – isto é, uma vacina que visa às partes imutáveis das proteínas de superfície do vírus – tem sido uma possibilidade durante décadas, mas nunca considerada lucrativa o suficiente para ser uma prioridade”.

Mas a pandemia do COVID-19 foi “a gota d’água” que fez transbordar o pote de *uma outra crise* do sistema capital (*crise estrutural*, delineada desde final da década de 1960 e de 1970). A novidade é que ela desoculta e evidencia aquilo que se tentava de todas as maneiras obliterar: as irremediáveis desigualdades sociais e de classe, raça, sexo, expondo o estado de *barbárie social* em processo acelerado de agudização que se vive desde a década de 1990 com a hegemonia global do capital fictício e flexível, com concentração e centralização da riqueza em pouquíssimas mãos e conseqüente generalização da precariedade, proletarização, pobreza e miséria para a imensa maioria da população mundial, com precarização da existência e condições de trabalho da classe trabalhadora que-vive-da-venda-da-sua-força-de-trabalho como mercadoria.

Neste ensaio, discutir-se-á alguns elementos da crise estrutural do capital, buscando explicitar como a pandemia desnuda os limites estruturais do funcionamento do seu *sociometabolismo*, tais como:

- 1) a questão do modo de relação homem-natureza, desvelando que a produção capitalista é uma *produção destrutiva* (MÉSZÁROS, 1996), colocando em xeque a sobrevivência do planeta e de todas as formas de vida, incluindo a humana;

2) as *contradições insolúveis* da *relação social capital* que prima pelo lucro, pelos interesses do mercado, dos acionistas, dos bancos e não pela vida e pelos seres humanos, acionando a *necropolítica* pelos mecanismos da política-econômica neoliberal que complementa o estágio atual do capital flexível;

3) a necessidade de um projeto político-social alternativo, de um modo de vida alternativo ao capitalista e ao capital (anticapital/anticapitalista/contra-hegemônico) para frear e inverter o processo de autodestruição da humanidade, para além daquilo que ficou conhecido como Estado Social devido à natureza do próprio Estado, que é, *historicamente* e por excelência, um *Estado Capitalista* e um *Estado do Capital* (BOTTOMORE, 1997; MÉSZÁROS, 2002), produto histórico da sociabilidade humana ao atingir um determinado estágio de seu desenvolvimento (ENGELS, 1991, p. 190-196 e 199).

Desta feita, um dos objetivos principais deste ensaio é desvelar a natureza da crise estrutural que experimenta o capitalismo contemporâneo, retirando o foco da crise sanitária, apresentada apenas como um fenômeno que intensifica esta crise maior, profunda e duradoura, instigando, ainda, a reflexão dos cenários pós-crise da Covid-19 que venham a se desenvolver numa perspectiva de transformações ainda mais intensas e espúrias ao mundo do trabalho e à sociedade como um todo.

Acredita-se que essa pandemia pode contribuir para reduzir em algumas décadas o urgente e necessário trabalho de *elevação da consciência social e revolucionária* junto às massas, dado que colocou à nu, mesmo para aqueles que ainda teimam em ficar de olhos vendados, a perversidade e malefícios das *privatizações* nas áreas sociais estratégicas, como saúde, energia, educação (ciência, pesquisa); a lógica predatória, bárbara e desumana do mercado e da política-econômica neoliberal, didatizando, pelas ações e acontecimentos televisionados, noticiados e difundidos pelas redes sociais, o que disseminam as teorias críticas das ciências humanas e sociais. Todo esse material poderá ser posteriormente utilizado para o trabalho de *agitação e propaganda revolucionárias* (LÊNIN, 1988) entre as massas, para a mobilização e organização táticas para a *guerra de movimento* (ENGELS *apud* GRAMSCI, 2002, p. 262).

Essas são as contribuições para a reflexão e ação que esperamos poder dar a fim de que possamos ensaiar e construir as condições para reverter o avanço do processo de *autodestruição humana* e do *aprofundamento da barbárie*. Daí o alerta de Mézáros (2003) ao se referir a uma máxima de Rosa Luxemburgo, que via no socialismo a única saída para a

superação do império do capital, resultando na expressão “Socialismo ou barbárie!”. Mészáros, atualizando Luxemburgo, analisando a época histórica atual de crise estrutural do capital e seus corolários, reescreve: “Barbárie, se tivermos sorte!” Isto porque, se não for socialismo, nem barbárie, só restará a autodestruição.

O “rio tempestuoso da fortuna” (MAQUIAVEL, 1979) nos presenteia com um “drama” (reporta à sobrevivência) ímpar da “tragédia” (refere-se à existência) humana. Esperamos ter a “*virtu*” necessária para utilizá-lo sabiamente em prol da elevação da consciência social dos indivíduos sociais para que se percebam e sintam partes e membros do gênero-humano, unindo-se para a construção de *um outro e novo* futuro que começa pela intervenção consciente e consequente no presente.

Crise estrutural do capital e demais crises que se avizinham

A forma social capital e sua organização capitalista é essencialmente dinâmica e contraditória. Trata-se de um sistema *sociometabólico*, em constante transformação, que tem seu núcleo central forjado na interdependência de três elementos fundamentais: capital, trabalho assalariado e Estado (MÉSZÁROS, 2011). Referidos elementos interagem mutuamente, concorrendo para um processo de expansão incessante, mas que representa a dinâmica de autovalorização de apenas um desses elementos – o capital.

Entrementes, nesse movimento constante, o modo de produção capitalista e o sociometabolismo sistêmico do capital esbarram em limites impostos por essa lógica essencialmente contraditória, forçando recorrentes adaptações, novas formas de se organizar e de se reestruturar. A esses limites, o pensamento hegemônico atribui a denominação de crises, evidenciando-as enquanto fenômenos meramente aparentes, como eventuais desvios – acidentes de percurso – de uma forma sócio-produtiva que pretensamente se desenvolveria dentro de uma ideia de normalidade. Todavia, as crises são elementos constitutivos da contradição viva que é o capital e seu modo de produção capitalista. Logo, inexiste sem elas.

O momento atual evidencia uma crise histórica sem precedentes. Mas não estamos falando da crise da pandemia do Covid-19, que é somente mais uma manifestação que intensifica algo maior e estrutural. Desde os idos finais da década de 1960 adentramos numa crise mais profunda, estrutural e própria do sistema capital, que afeta a humanidade em largas dimensões, não se limitando à econômica e que repousa, sobretudo, no questionamento da maneira pela qual o metabolismo social hegemônico é supostamente controlado.

Porém, antes de adentrar na questão da crise estrutural do capital, cabe uma breve ponderação a respeito da ideia de crise. Seus significados são múltiplos. Como os contrários se complementam, afirmando-se mutuamente, ela comporta duas dimensões interdeterminadas: a de negatividade e de positividade. A negativa, muito utilizada na disciplina econômica, reporta à contenção, à austeridade, contrapondo-se à prosperidade. Contudo, na psicologia, sua negatividade pode se transformar no seu contrário se o indivíduo for capaz de desconstruir e reconstruir antigos valores e referenciais acompanhando à imutabilidade das mudanças de que é feita a totalidade da vida, podendo ser a crise um período de gravidez que prepara, matura e pare a redescoberta e reinvencão de si mesmo, demonstrando o eco da máxima heraclitiana de que tudo o que existe está em devir constante.

Pela etimologia grega da palavra, como expõe Coggiola (2012),

remete a um significado múltiplo, ou polivalente, de “escolha”, “decisão” e, simultaneamente, de “supressão” (ou “separar, romper”). Define-se como a perturbação temporária dos mecanismos de regulação de um sistema, de um indivíduo ou de um grupo. (...) A crise não é qualquer situação problemática, senão aquela em que se põe em jogo a própria existência de um sistema, pois não é uma área ou parte deste a afetada, mas o seu próprio mecanismo ou metabolismo como um todo, obrigada pela crise a uma “escolha” que implica, por sua vez, a supressão de parte (ou todo) dessa mesma existência. (COGGIOLA, 2012, p. 7),

A sistematização de Coggiola nos permite entender a crise do capital (essa é a discussão central do autor: a crise global do capital) por dois ângulos: superação da existência do sistema ou aperfeiçoamento do próprio sistema admitindo certas perdas como questão de sobrevivência e manutenção, prorrogando seu tempo de vida, ainda que não indefinidamente, deslocando e aprofundando a própria crise. Como diz Giovanni (2007, p. 144), “na perspectiva da lógica do capital, as crises do sistema não possuem apenas sentido de negatividade. Pelo contrário, é por meio delas que o sistema produtor de mercadorias cresce e se expande, recompondo suas estruturas de acumulação de valor”.

O cerne do problema, no entanto, não se trata da interdeterminação da negatividade ou positividade da crise, mas o fato de que talvez tenha-se atingido o *limite estrutural do crescimento e expansão do capital* (como comprovam as crises financeiras pelo investimento massivo dos capitais privados nesse setor, como também a *produção destrutiva* do capitalismo que coloca em xeque a essencial preservação da natureza e de seus ecossistemas, além da *destruição produtiva* com a taxa decrescente do valor de uso das mercadorias) recolocando o que Marx capturou como tendência histórica-social do modo de produção capitalista e do sistema capital no *Manifesto do Partido Comunista* (1989, p. 71 e 72) e no *Prefácio à Para a Crítica da Economia Política* (1978, p. 130). Em ambas assevera que as forças produtivas, no

modo de produção capitalista, desenvolvem-se num patamar inimaginável, produzindo uma riqueza social imensurável, mas, por outro lado, entram em contradição com as relações de produção (e propriedade) existentes, pautadas na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, que travam o próprio desenvolvimento daquelas.

A crise estrutural do capital, portanto, que já dá seus sinais no final da década de 1960 e eclode na de 1970, escancara o fato de que o capital utilizou de modo sistemático, e esgotou, “as possibilidades do gasto armamentista, da formação de capital fictício, do desenvolvimento artificial das nações atrasadas com vistas à criação de mercados para exportar seus capitais e mercadorias” (COGGIOLA, 2012, p. 175).

Durante o período que entrou para a história oficial como “Guerra Fria”, tem-se um *boom* do complexo militar-industrial, servindo como queima de excedente de superprodução, além de um negócio rentável para a reconstrução dos países diretamente envolvidos na II Guerra Mundial (MÉSZÁROS, 1996, p. 119, 121).

Com o fim da “Guerra Fria”, uma outra espécie de guerra entra em cena como forma de garantir a produção do complexo militar-industrial norte-americano, ainda que não nas mesmas proporções anteriores. Trata-se da “guerra sem fim” (Wood, 2014, p. 114), porque o objetivo central não é fazer a guerra, mas impor o “clima de guerra” e desencorajar os concorrentes nos esforços e custos para se equiparar ao poderio bélico norte-americano. Com isso pretende-se reforçar a supremacia e hegemonia econômica norte-americana, uma vez que esta só pode ser mantida pela ameaça de um poder militar supremo, incontestável e inigualável. “A força extra-econômica é claramente essencial para a manutenção da coerção econômica em si” (WOOD, 2014, p. 17). Esta é uma das razões para a grande parcela dos gastos militares e de defesa no orçamento dos Estados Unidos.

Portanto, os Estados Unidos precisam voltar-se para consolidar um poder militar esmagador, capaz de manter o sistema múltiplo de Estados soberanos locais na linha, sem, no entanto, “romper a previsibilidade ordeira exigida pelo capital”, dado que “a guerra pode colocar em risco os mercados e as fontes vitais de capital” (WOOD, 2014, p. 108). Essa, como aponta Wood (2014) “é uma das contradições mais fundamentais da nova ordem mundial”, isto porque

a guerra com grandes concorrentes capitalistas, apesar de nunca poder ser descartada, será provavelmente a causa da própria derrota, com a destruição não somente da competição, mas também simultaneamente de mercados e oportunidades de investimentos. A dominância imperial numa economia capitalista global exige um equilíbrio delicado e contraditório entre a supressão da concorrência e a manutenção, em economias concorrentes, das condições geradoras de mercados e lucros (WOOD, 2014, p. 118).

Destarte, “a hegemonia imperial no mundo do capitalismo global significa, então, controlar economias e Estados rivais sem precisar guerrear com eles” (WOOD, 2014, p. 118). Como realizar essa proeza? Como os Estados Unidos podem garantir sua hegemonia com o surgimento de superpotências como União Europeia, China, Rússia e Japão, que cada vez mais invadem os mercados de bens, serviços e capitais? A única saída é garantindo a supremacia militar, tornando-a incontestável e inigualável, apesar dos custos que isso represente para a dívida pública norte-americana.

(...) os Estados Unidos têm de ter tamanha superioridade militar que nenhuma outra potência, amiga ou inimiga, sequer tentaria desafiar ou igualar sua hegemonia global ou regional. O objetivo não é simplesmente impedir um ataque, mas prevenir toda e qualquer rivalidade. (...) Se o objetivo for, de fato, a “dominação unilateral do mundo” nesse sistema global de Estados, nada abaixo da superioridade militar absoluta será suficiente para assegurar que a vontade do poder hegemônico não seja jamais frustrada (WOOD, 2014, p. 11 e 123).

Embora a “supremacia global unilateral (possa) nunca ser atingida permanentemente”, seu verdadeiro significado é “mover as fronteiras da guerra para ainda mais longe do alcance dos possíveis desafiantes; e isso exige o revolucionamento constante dos meios de guerra – que então não poderão ser deixados *sem teste* nem *sem uso*” (WOOD, 2014, p. 122. Os itálicos são nossos).

Exemplo típico foi a guerra do Kuwait (1991), que garantiu aos Estados Unidos “uma arma decisiva contra a concorrência dos capitalismo europeu e japonês” (COGGIOLA, 1991, p. 121) e a questão do “*status quo* na Coreia, que permite que as forças norte-americanas estacionem indefinidamente, ao passo que a reunificação da Coreia provavelmente encorajaria o Japão a se tornar militarmente autossuficiente com a saída dos soldados norte-americanos” (WOOD, 2014, p. 121).

Eis a forma de queimar a produção do complexo militar-industrial, ainda que não na mesma quantidade do que no período da “Guerra Fria”.

Há ainda um outro aspecto a considerar em relação ao *consentimento forçado* das potências rivais aos Estados Unidos à sua hegemonia, mesmo sendo elas uma ameaça constante em termos de concorrência, competição, mercados e capitais. Este ocorre devido aos Estados Unidos ainda deter o controle sobre o sistema financeiro (FMI, BIRD, BM, OMC, GATT), ser um dos principais consumidores dos produtos de exportação desses mesmos países e, acima de tudo, porque equiparar-se ao seu complexo industrial-militar é altamente dispendioso, já que não possuem o controle sobre os dispositivos que permitem gerir os sistemas de múltiplos Estados, o qual é exercido pelos norte-americanos através da “manipulação da dívida, das regras de comércio, da ajuda externa e de todo o sistema financeiro” (WOOD, 2014, p. 103).

Apesar de tudo, não se descarta a forma mais avançada, em termos tecnológicos e científicos, de guerra do século XXI: as armas biológicas, químicas e a força nuclear, o que resultaria no extermínio da humanidade. O complexo militar-industrial é, sem dúvida, uma bomba relógio e ainda que as demais potências rivais aos Estados Unidos não cheguem na mesma magnitude de supremacia militar, não se pode desconsiderar que também estão muito bem armadas, podendo responder de pronto às investidas norte-americanas, iniciando o começo do fim. Mas a tônica é manter o “clima de guerra”, e não a guerra propriamente, dando vazão ao argumento levantado por Coggiola (1991) de que os gastos armamentistas não mais são capazes de deslocar e protelar a crise estrutural do capital.

O mesmo ocorre com o capital fictício³. Se inicialmente os direcionamentos de capital para o setor financeiro não eram maciços, tornaram-se ao longo das décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000. E se, num primeiro momento, eram as sobras de caixa, de giro e atividades financeiras-fictícias (fundos de investimento, dívida pública, ações, derivativos, *hedge*) do capital produtivo que eram aplicadas nas finanças, agora a própria repartição entre acumulação produtiva/acumulação financeira está sendo crescentemente condicionada pelas condições da reprodução/rentabilidade financeira.

A máquina financeira e seu sistema metabólico global construídos pelo processo de desregulamentação e flexibilização da política-econômica deitou raízes profundas no sistema capital e nenhuma medida terá força suficiente para quebrá-la, enfraquecê-la e colocá-la “de volta no seu lugar”, pois ela ocupou o “momento predominante” da reprodução ampliada do capital no século XXI (CHESNAIS, 1996, 1998, 2005), responsável pelas crises financeiras que começam a estourar nas décadas de 1970 e 1980 e vão se intensificando na década 1990 até culminar com as crises fulminantes do final da década de 2000.

O capital fictício vai criando bolhas e mais bolhas financeiras que podem explodir ao contato da menor fagulha de condições ou circunstâncias adversas acentuadoras de seus riscos supostos e/ou calculados. É o caso da SARS-COV-2, a última gota que fez o pote que já estava cheio transbordar (“Não, o coronavírus não é o responsável...” *Resistir.Info*, 2020). A crise já

³ Conforme Durand (2014, p. 90), o capital fictício vem se constituindo no aumento vertiginoso da quantidade de valor validado por antecipação à produção de mercadorias, sendo repleto de contradições econômicas e sociais insolúveis (DURAND, 2014, p. 7). Valoriza valor mas não resulta da produção de valor, resultando de transferências de rendimentos a partes de atividades produtivas, isto é, rendimentos do trabalho e lucros tirados da produção de bens e serviços (DURAND, 2014, p. 105). A reconfiguração do tecido produtivo alinha-se em função do interesse dos acionistas em termos de rendimento a curto prazo. Consiste em “reestruturar e distribuir”, isto é, reduzir o emprego e separar-se das atividades menos rentáveis, estabelecendo subcontratos (DURAND, 2014, p. 170). Esta reconfiguração visa libertar mais-valias bolsistas e dividendos, mais que o aumento da eficiência econômica, modificando a relação de forças entre acionistas, gestores e trabalhadores (DURAND, 2014, p. 158 e 159).

se desenhava desde 2017-2018 e, como as demais e que se avizinham, são de natureza financeira. Desta vez,

o grande capital (1% mais ricos) especulou principalmente com a alta dos preços das ações em bolsa e com o preço dos títulos da dívida no mercado obrigacionista (ou seja, o mercado onde vendem as ações das empresas privadas e os títulos de dívidas emitidos pelos Estados e outros poderes públicos). Dentre os fatores que provocaram a alta extravagante dos preços dos ativos financeiros (ações em bolsas e títulos de dívidas privadas e públicas), é preciso considerar a ação nefasta dos grandes bancos centrais desde a crise financeira e econômica de 2007-2009 (“Não, o coronavírus não é o responsável...” *RESISTIR.INFO*, 2020).

Esse é um fenômeno que passa a ser recorrente no quadro da financeirização da economia capitalista no final da década de 1970 e da década de 1980 em diante. Embora ela pareça estar descolada do setor produtivo, dado que sua dominância ganha a aparência de ter vida própria, em sua essência trata-se de uma esfera de reprodução do capital parasitária à esfera produtiva, denominada por Marx (1983) de capital fictício, por ser forjada em pura especulação de uma potencial produção que possa vir a ocorrer (ou não).

O problema é que funciona durante algum tempo, até que num dado momento as bolhas especulativas explodem. Para agravar ainda mais a situação, em 2019 “a produção real cessou de crescer de maneira significativa ou começou a estagnar ou baixar” (“Não, o coronavírus não é o responsável...”, *Resistir.Info*, 2020). Em contrapartida, a esfera financeira continuou sua expansão, dado que não está “diretamente” ligada à produção, o que só poderia provocar ainda maiores estragos quando da eclosão da crise. Mediante esse cenário,

a maior parte dos governos e do patronato intervém para fazer baixar os salários, as pensões, o que reduz o consumo, pois o endividamento das famílias, em aumento, não basta para aliviar a baixa de rendimentos. Da mesma forma, os governos prolongam uma política de austeridade que implica uma redução das despesas públicas e dos investimentos públicos. A conjunção da queda do poder de compra da maioria da população e a baixa das despesas públicas implicam uma queda da procura global e, portanto, uma parte da produção não encontra saídas suficientes, o que implica uma baixa da atividade econômica (“Não, o coronavírus não é o responsável...”, *RESISTIR.INFO*, 2020).

Nesses momentos de crises sistêmicas globais reaparecem as propostas (neo)keynesianas, tentativas de reequilibrar a economia, o mercado, a distribuição de renda, fazer a regulação monetária. Todavia, essas medidas não mais se aplicam no atual contexto da financeirização da economia capitalista mundializada, onde os Bancos Centrais, os credores internacionais e os grande oligopólios financeiros e seus empresários e homens de negócio influenciam e determinam a política-econômica. Os próprios Estados-Nacionais, mais do que em qualquer outro momento da história, atuam como *Estados Políticos do Capital*,

providenciando as (contra)reformas, desregulamentações, flexibilizações e subsídios aos bancos e empresas privadas a fim de manter a economia de mercado.

Mészáros (2003, p. 95 - 97; 2011, p. 137) é categórico ao afirmar as ilusões em torno do keynesianismo como remédio para a retomada de desenvolvimento e equilíbrio do próprio sistema capitalista. A ressurreição de Keynes, dentro do cenário hegemônico do capital financeiro-fictício, surgiria como uma alternativa de curtíssimo prazo e alcance, limitando-se a determinadas políticas fiscais/tributárias para salvaguardar o grande capital, podendo empreender, no máximo, uma tímida política monetária, dada a precariedade da força de nossa moeda, inclusive dentro da própria economia nacional, considerando suas relações e interações com o mercado mundial, uma vez que nosso padrão de acumulação de capital é pautado pelos países centrais e na dominância financeira do dólar.

Desta forma, a retomada keynesiana se apresenta como uma saída por dentro da própria crise, ou seja, mais capitalismo, atuando na fronteira do livre mercado e intervenção estatal, com vistas a salvar a burguesia das contradições inerentes ao próprio capitalismo, não apresentando mudanças estruturais e significativas na dinâmica de funcionamento do capital em sua fase atual.

Enquanto políticas fiscais, o keynesianismo objetiva principalmente distribuir renda (e não mudar estruturalmente o valor da força de trabalho) e implementar gastos públicos. Na prática, trata-se de incentivo a consumo, seja das famílias, seja do governo, que finda da realização dos lucros capitalistas, ou seja, estariam intimamente ligadas às necessidades vitais do capitalismo.

De maneira que políticas fiscais expansionistas somente empurram o problema para mais adiante. E quando o “adiante” se faz presente, e de forma já recuperada com crescimento econômico emergente, o Estado freia e tende a se distanciar das políticas. Diante disso, infere-se que, do ponto de vista fiscal, a política keynesiana é tão somente destinação de recursos à classe capitalista, elucidando a ultrapassada retórica de Estado mínimo (ou máximo para o capital), demonstrando, de fato, a quem ele serve.

Do ponto de vista monetário, a principal ideia keynesiana seria agir sobre a taxa de juros com a pretensa esperança de retorno dos investimentos da classe capitalista. Todavia, a atual fase hegemônica do capitalismo, forjada na esfera do capital financeiro-fictício, somada às incertezas de retorno à patamares de consumo interessantes ao capital, logo que garantam a realização dos lucros, empurra os concentrados (e não raros) recursos capitalistas a se reproduzirem de modo especulativo.

Com efeito, a atual fase da crise estrutural do capital em processo, com o fenômeno do desemprego estrutural global e da precarização das relações de trabalho, do trabalho em si e do ser humano que vive do trabalho, minam as possibilidades do retorno triunfante de Keynes, embora reconheçamos sua importância do ponto de vista emergencial para amenizar as repercussões nefastas da crise da SARS-2 (COVID-19) à classe trabalhadora e aos desalentados.

Esclarecidos esses aspectos quanto ao (neo)keynesianismo, há um último ponto a ressaltar, destacado por Coggiola (2012), em relação ao deslocamento da crise do capital, também pontuado por Mészáros (2011, p. 84, 86 e 87), tratando da “emergência de áreas industrializadas do ‘Terceiro Mundo’ – sob a irrefreável dinâmica da autoexpansão do capital – como competidoras diretas do capital ‘metropolitano’”, expresso por Coggiola (2012, p. 175) como “desenvolvimento artificial das nações atrasadas”. Por duas décadas após o pós-II Guerra, houve uma “expansão e revitalização sem precedentes do capital pela inclusão à sua órbita, pela primeira vez na história, da totalidade das forças produtivas globais” (MÉSZÁROS, 2011, p. 84).

O denominado Terceiro Mundo, que são os países periféricos do sistema do capital – também conhecidos atualmente como Sul Global – apesar de continuarem desenvolvendo um papel subordinado na divisão internacional do trabalho em todas as suas reestruturações de períodos pós-guerra entre as potências imperialistas ao longo do desenvolvimento histórico-social do capitalismo, ainda assim, ao final do século XX e início do XXI, pelos motivos acima arrolados, teve um substancial progresso em sua industrialização, alcançando “proporções significativas na configuração global do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 86). De modo que, “o capital ocidental tornou-se muito mais dependente do ‘Terceiro Mundo’ – de matérias-primas, energia, mercados de capital e superlucros avidamente repatriados – do que o contrário” (MÉSZÁROS, 2011, p. 86).

Sendo assim, o capital apenas desloca algumas grandes contradições e nesse movimento as restaura com um acréscimo, “numa escala incomparavelmente maior que aquela que trouxe à existência, pela primeira vez, o processo de deslocamento em questão” (MÉSZÁROS, 2011, p. 86).

Consequentemente, não importa quão abastardada e cínicamente manipulada teve de ser a industrialização neocapitalista do “Terceiro Mundo” (que o digam Sarney, Collor, Fernando Henrique, Lula e Dilma), em sua origem e execução, inevitavelmente ela também adquiriu sua própria dinâmica e impulso local, levando ao extremo uma contradição irreconciliável entre a dinâmica local e os objetivos “metropolitanos” originais. Isso toma a forma do estabelecimento de poderosas unidades produtivas cuja existência efetiva intensifica as expectativas de uma incontrolável guerra comercial, além de causar a bancarrota estrutural e a quebra de

setores inteiros das indústrias de trabalho intensivo nos “países-mãe” avançados no explosivamente contraditório – gerador de desemprego – interesse do capital metropolitano expatriado (MÉSZÁROS, 2011, p. 86. Os parênteses são nosso).

A necessidade permanente de deslocamento das próprias contradições – uma vez que o capital é uma contradição viva e em processo – vai criando, indefinidamente, outras novas e renovadas que vão ameaçando, visceral e estruturalmente, sua contínua necessidade de expansão e acumulação, cada vez mais estrangulada globalmente pela própria globalização do capital, escasseando os locais para deslocamento de suas contradições, evidenciando que o sistema metabólico do capital se encontra mais e mais encurralado por seus limites estruturais, assim como por “uma rede imensamente complexa e contraditória de *dependências recíprocas* em escala global, com problemas e demandas multiplicadores e intensificadores em cada área particular, que atualmente estão muito além do controle de qualquer ‘centro’ singular, não importa quão poderoso e avançado seja” (MÉSZÁROS, 2011, p. 87). Eis a incontrollabilidade, incorrigibilidade, irreformabilidade do capital.

Agora não se trata mais de analisar as tendências do sistema capital a partir daquele país que apresenta o patamar mais avançado do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas em suas variadas dimensões. O contexto atual é substancialmente distinto daquele do século XIX, onde a Inglaterra despontava, pela particularidade do seu desenvolvimento mais avançado e complexo, como centro gravitacional da economia burguesa, e, portanto, como referência de universalidade para a análise dos casos específicos dos demais países.

Também difere daquele do século XX, já que “as características da produção fordista também possuíam traços relativamente definidos e homogêneos, que possibilitaram uma análise crítica a partir do exame da produção americana ou europeia” (BARROS, 2019, p. 42). O século XXI torna-se ímpar, porque a mundialização do capital, o capital global, ao reestruturar as dependências e reciprocidades, complexificar os nexos e mediações das relações mercantis entre países centrais e periféricos coloca em jogo não apenas tendências, mas sim *multitendências* das intrincadas relações sociais de produção e da produção/reprodução do valor.

No entanto, duas das contradições viscerais do capital sobressaltam no século XXI: 1) a relação ser humano/natureza (produção destrutiva e destruição produtiva) e 2) o emperramento do desenvolvimento das forças produtivas devido à concentração e centralização privada da riqueza socialmente produzida pelo capital e pelos capitalistas, suas personas, em outras palavras, as forças produtivas de produção entram em contradição com as relações de propriedade existentes. Cada uma apresenta corolários que ameaçam implodir o modo de vida

hodierno – o que seria o objetivamente ideal caso se colocasse em seu lugar um outro modo de organizar e produzir as condições materiais e espirituais de existência.

A primeira delas nos traz à lembrança a fala do personagem Smith do primeiro filme da trilogia Matrix (1999). Após ter capturado o líder da resistência, Morfeus, o agente Smith diz para ele o que descobriu:

Eu gostaria de te contar uma revelação que eu tive durante o meu tempo aqui. Ela me ocorreu quando tentei classificar sua espécie e me dei conta de que vocês não são mamíferos. Todos os mamíferos do planeta instintivamente entram em equilíbrio com o meio ambiente. Mas os humanos não. Vocês vão para uma área e se multiplicam, multiplicam, até que todos os recursos naturais sejam consumidos. A única forma de sobreviver é indo para uma outra área. Há um outro organismo neste planeta que segue o mesmo padrão. Você sabe qual é? Um vírus. Os seres humanos são uma doença, um câncer neste planeta. Vocês são uma praga. E nós (as máquinas, a inteligência artificial) somos a cura! (FILME *MATRIX*, 1999, Os parênteses são nossos).

Recentemente, Eliane Brum publicou uma matéria, no *El País*, intitulada: “O vírus somos nós (ou uma parte de nós)”. Um dos trechos caminha, em certo sentido, na direção do que expõe a personagem de Smith. Diz ela: “o inimigo somos nós. Não exatamente nós, mas o capitalismo que nos submete a um modo mortífero de viver. E, se nos submete, é porque, com maior ou menor resistência, o aceitamos. Escapar do vírus da vez poderá não nos salvar do próximo”.

Muito antes deles, dos epidemiologistas e virologistas que renunciaram, em 2003, os perigos de um novo vírus – após a SARS-1⁴ e a MERS –, e do próprio Bill Gates e seu alerta em 2005, Karl Marx e Friedrich Engels, em *A Ideologia Alemã*, já denunciavam essa forma de produção destrutiva entre homem/natureza decorrente do modo de organização das relações sociais de produção no capitalismo, evidenciando as consequências objetivas do modo de apropriação (domínio) e exploração da natureza pelo processo de industrialização capitalista do sistema capital para as formas de vida (ecossistemas) do planeta:

Mas cada nova invenção, cada avanço feito pela indústria, arranca um novo pedaço deste terreno, de modo que o solo que produz os exemplos de tais proposições feuerbachianas (Feuerbach entendia a natureza como externa aos homens e não como condição de sua reprodução e continuidade, subtraindo, pelo idealismo e por abstração, que os homens são, antes de tudo, natureza e dela jamais poderão se separar caso queiram continuar se desenvolvendo e humanizando) restringe-se progressivamente. A “essência” do peixe é o seu “ser”, a água – para tomar apenas uma de suas proposições. A “essência” do peixe de rio é a água de um rio. Mas esta

⁴ Chomsky nos informa que “vacinas foram desenvolvidas, mas não avançaram além do nível pré-clínico. (...) Também poderiam ter sido desenvolvidas iniciativas para desenvolver defesas e modos de tratamento para a provável recorrência de um vírus relacionado”. No entanto, “essa opção foi barrada pela patologia da ordem socioeconômica contemporânea. Os sinais do mercado eram claros: não há lucro em se evitar uma catástrofe futura. (...) o foco das empresas privadas na maximização de lucros nem sempre é consistente com a meta do governo de se preparar para uma crise futura. Podemos acrescentar que nem sempre o foco na maximização de lucros também ‘nem sempre é consistente’ com a esperança de ‘sobrevivência da humanidade’” (CHOMSKY, 2020, p. 152, 153 e 154).

última deixa de ser a “essência” do peixe quando deixa de ser um meio de existência adequado ao peixe, tão logo o rio seja usado para servir à indústria, tão logo seja poluído por corantes e outros detritos e seja na vegado por navios a vapor, ou tão logo suas águas sejam desviadas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe de seu meio de existência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 46 e 47, nota a. Os parênteses são nossos).

Engels, em seu apêndice *A Dialética da Natureza*, complementa a reflexão ao asseverar:

Mas não nos regozijemos demasiadamente em face dessas vitórias humanas sobre a Natureza. (...) somos a cada passo advertidos que não podemos dominar a Natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da Natureza; mas sim que lhe pertencemos, com a nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro; que estamos no meio dela; e que todo o nosso domínio sobre ela consiste na vantagem que levamos sobre os demais seres de poder chegar a conhecer suas leis e aplicá-las corretamente. Na realidade, a cada dia que passa aprendemos a compreender mais corretamente as suas leis e a conhecer os efeitos imediatos e remotos resultantes de nossas intervenções no processo que a mesma leva a cabo. Principalmente em virtude dos gigantescos progressos realizados pelas ciências naturais no século atual, cada vez mais nos encontramos em condições de conhecer as consequências mais remotas de nossas mais comuns atividades de produção (...) (ENGELS, 1979, p. 223 e 224).

Ao viver sob a égide do capital e do seu *sociometabolismo*, desde tenra infância *cultivam* em nós modos de ser, pensar que deitam raízes e se tornam hábitos comuns. Trata-se de um processo de alienação em massa, e por mais que haja resistência, questionamentos, rebeldias, para sobreviver neste sistema – e construir as condições para viver além dele, superando-o –, mesmo lutando, em muitos momentos somos obrigados a nos calar, ainda que não aceitemos, queimando a garganta; a “fechar os olhos”, ainda que doam e sangrem. Por quanto tempo ainda “a parte minoritária, mas dominante, da humanidade seguirá sendo o vírus hediondo e suicida, capaz de exterminar a própria espécie ao destruir o planeta-corpo que a hospeda”? (“O vírus somos nós...”. *El País*, 2020).

Centenas de produtos químicos presentes em nossas vidas diárias modificam os processos naturais que dão origem a centenas de “catástrofes” (epidemias, mudanças climáticas, etc.), os mesmos produtos que na China produzem um milhão e meio de mortes por ano e que não saem nos noticiários, que não produzem alarme social, nem confinamentos, nem estado de alerta. Na Espanha, 10.000 pessoas morrem por ano devido à poluição e não entram em pânico, fazem parte das vítimas necessárias para que o mundo industrial continue operando (...) (“As epidemias na era do capitalismo”. *Luta pela Vida*, 2020).

Em 2016, a malária matou 405 mil pessoas, a esmagadora maioria em África, e isso não foi notícia (SOUZA SANTOS, 2020, p. 26).

A produção destrutiva, que é uma destruição produtiva para o sistema capital, só faz ampliar o potencial de autodestruição da humanidade. A minoria contra a maioria subjugada, explorada, espoliada, manipulada, desmobilizada coletivamente. Minoria contra a maioria!...

“A humanidade necessita de unidade para sua simples sobrevivência”, e sua unificação “não pode ser alcançada sem um princípio integrador de organização social” (MÉSZÁROS, 2011, p. 47). “O precário *status quo* global (...) se romperá por meios militares devastadores ou haverá válvulas sociais adequadas para o alívio das crescentes tensões sociais, que hoje estão em evidência mesmo nos cantos mais remotos de nosso espaço social global?” (MÉSZÁROS, 2011, p. 48).

Os limites do capital colidem com os limites da própria existência humana. Avanço produz *destruição*, o progresso, *desperdício*, e o pior, planejado por uma obsolescência programada para emular o consumo desenfreado, ou seja, o consumismo. “Quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante” (MÉSZÁROS, 2011, p. 73).

Estes aspectos são suficientes para demonstrar que “seria suicídio encarar a realidade destrutiva do capital como o pressuposto do novo e absolutamente necessário modo de reproduzir as condições sustentáveis da existência humana” (MÉSZÁROS, 2003, p. 21). No capitalismo, “*consumo e destruição são equivalentes funcionais*” (MÉSZÁROS, 2003, p. 22). No final, “a destrutividade pode se prolongar por muito tempo, (...) mas não eternamente” (MÉSZÁROS, 2003, p. 105).

Porém, é preciso lembrar: só uma “parte de nós” é o vírus, como reforça Eliane Brum. A outra parte é a *cura*. E é justamente essa parte que precisamos, através de esforço, mobilização, organização e luta permanente e unificada, fazer crescer e se desenvolver para que tenhamos alguma chance de um presente que nos abra algum futuro. Concordamos com Brum: “a beleza que ainda resta no mundo é justamente que nada está dado enquanto ainda estivermos vivos” (“O vírus somos nós...”. *El País*, 2020).

Uma ruptura, uma transição depende da maioria, ainda que seja uma minoria dessa maioria que tenha a tarefa de mobiliza-la, organizá-la e unifica-la pela apresentação de um projeto político-social alternativo ao capital e seu sistema mortífero. Nas palavras de Brum, “em geral o lema é ‘Nós por Nós’: séculos de história provaram que só os explorados e os escravos podem salvar a si mesmos” (“O vírus somos nós...”. *El País*, 2020).

Resta discorrer sobre a segunda contradição visceral do sistema capital: o entrave ao desenvolvimento das forças produtivas. Como dizem Marx e Engels (1989), trata-se da

revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que são a condição de existência da burguesia e de seu domínio (...) as forças produtivas disponíveis já não favorecem mais o desenvolvimento da civilização burguesa e das relações burguesas de propriedade; ao

contrário, tomaram-se poderosas demais para essas relações e passam a ser por elas travadas; e assim que vencem esse obstáculo, desarranjam toda a sociedade, põem em perigo a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas tomaram-se estreitas demais para conter a riqueza por elas mesmas criadas (MARX: ENGELS, 1989, p. 71 e 72).

A única forma de vencer essas crises, ainda segundo os autores, é, “de um lado, através da destruição forçada de uma massa de forças produtivas; de outro, através da conquista de novos mercados e da exploração mais intensa dos antigos. De que modo, portanto? Mediante a preparação de crises mais gerais e mais violentas e a diminuição dos meios de evita-las” (MARX; ENGELS, 1989, p. 72). Por isso, o capital não tem ou passa por crises, ele é crítico, uma “contradição viva” e suas crises se tornam cada vez mais incorrigíveis, irreformáveis e incontroláveis devido sua mundialização e transformação em capital global.

A precariedade e precarização existencial e de trabalho da maioria da população que vive da venda da sua força de trabalho como mercadoria, o contraste cada vez mais acentuado entre a concentração da riqueza e a generalização do pauperismo e da miséria, com a degradação da qualidade de vida e trabalho, vai gerando uma *situação concreta* de vida insustentável, onde a revolta, a indignação e as variadas formas de manifestá-las vão crescendo, e de esporádicas se tornam cada vez mais frequentes e contínuas, apesar de todos os mecanismos de pressão e opressão do próprio sistema para desencorajá-las, como o desemprego crônico/estrutural.

E aí vem uma pandemia provocada por um vírus – que é parte de um modo de vida que foi introjetado *em e por* nós, já que contribuímos, pela nossa omissão/alienação, para a sua reprodução –, trazendo à tona todos os problemas decorrentes da valorização das coisas em detrimento das pessoas, do lucro sobre a vida humana e do planeta, do consumismo e do consumo, do privado em detrimento do “público”, das prioridades do indivíduo individualista e egocêntrico sobre as prioridades e necessidades do coletivo e do bem comum... Todas as mazelas desse modo de produção de uma “vida natimorto” são expostas, forçando a abertura de fissuras de luz em meio à crescente escuridão. Isto porque

tempos de grande crise econômica abrem sempre uma brecha razoável na ordem estabelecida (...). Tais brechas podem ser alargadas a serviço da reestruturação social ou, de fato, fechadas por um prazo maior ou menor, no interesse da continuada sobrevivência do capital, dependendo das circunstâncias históricas gerais e da relação de forças na arena política e social (MÉSZÁROS, 2011, p. 88).

Daí a importância da retomada dos trabalhos de formação política-social junto às massas e de suas formas organizativas eminentemente sociais, independentes, autônomas aos demais aparelhos privados de hegemonia institucionalizados, a fim de que se possa enfrentar e superar a situação de barbárie social já vivenciada em muitos países do globo pela classe

trabalhadora em seus segmentos mais precários/degradados e construir um outro projeto societário, um novo modo de organização e produção social.

Nunca é demais enfatizar, como o faz Mészáros (2011, p. 88) que “as resistências e obstáculos a serem superados, no curso da realização de tal objetivo, estão limitados a permanecerem primariamente político/sociais por todo o período histórico de transição cujo objetivo é ir para além do capital a fim de criar as estruturas socioeconômicas da 'nova forma histórica’”. Por isso mesmo, é urgente e imprescindível resgatar e fortalecer o poder social para o controle do social (planejamento e decisão da organização e produção da vida social) pelo social. Desenvolver-se-á essa premissa na parte final deste ensaio.

SARS-2 (COVID-19) e a evidenciação da barbárie social

Depois de quadro décadas de neoliberalismo – forma do regime político e orientação econômica complementar do estágio atual do sistema capital, agora flexível e financeirizado – e com a crise sanitária da pandemia global se agravam as precárias condições do que resta dos serviços públicos ainda não de todo privatizados, evidenciando a barbárie social inerente ao processo de acumulação e expansão do valor em escala planetária e suas então multitendências pela complexidade e reciprocidade das relações mercantis, de capitais, de trabalho e produtivas entre os vários países sob o modo de produção capitalista.

Um “Estado de Emergência/Exceção” é acionado e com ele se instala e impõe “às massas um padrão de vida radicalmente mais baixo, aceito voluntariamente dadas as circunstâncias”. Do mesmo modo e pela mesma justificativa, “com idêntica rapidez (ampliam-se) radicalmente a margem de lucro, anteriormente deprimida” (MÉSZÁROS, 2011, p. 66), pois a crise abre novas oportunidades de negócio, e ampliação de outros já existentes anteriormente a ela, ao capital.

É o que assistimos no Brasil com a propagação da EaD (Educação/Ensino à Distância), levando a educação básica para o mesmo caminho que vem sendo trilhado pelo ensino superior, precarizando a formação dos filhos da classe trabalhadora e dos próprios profissionais da educação. Estes também são atingidos pela precarização de suas condições salariais e de trabalho (“Pandemia: janela de oportunidade...”. *Contrapoder*, 2020; “Dez considerações sobre a pandemia e o ensino...”. *Brasil de Fato*, 2020; “Não entendi nada!...”. *Esquerda Diário*, 2020).

Medidas provisórias para redução de salários são acionadas por período de tempo de no mínimo um ano e meio, como também se reforçam outras, já transformadas em lei, para a flexibilização das modalidades de contrato de trabalho, de remuneração, de jornada; decretos são editados, protegendo as grandes empresas, os homens de negócios e seus lucros e não a vida dos trabalhadores – muitos dos pequenos empresários, por seu turno, acabam indo à falência –; estipula-se uma “renda mínima” que não contempla nem o salário mínimo, e o acesso ao benefício é burocratizado e quase inacessível para a grande maioria dos trabalhadores precários e desempregados, que precisam preencher formulários virtuais em aplicativos não suportados por seus celulares.

Na saúde, hospitais do SUS (Sistema Único de Saúde) sucateados pelos cortes, por décadas, durante vários governos, lutam para operar milagre sem ter “peixe”, nem “pão” concretos para poder multiplicar. Estão ausentes as condições sanitárias e de segurança básicas imprescindíveis ao trabalho dos próprios agentes de saúde (médicos, enfermeiras, socorristas, faxineiras, etc.). Falta de tudo: máscaras, luvas, respiradores, leitos, álcool em gel... A mais completa barbárie social! As explosões de problemas se sucedem. As bombas foram produzidas ao longo destas quatro décadas e parecem estar sendo detonadas simultaneamente, com maior prejuízo para o lado mais fraco – em termos de força (política) e poder (econômico) – da corrente, tornando ainda mais profundos os fossos que separam as classes sociais e as diferenciam em termos de condições de sobrevivência.

Parece que se está vivendo a distopia do “*Contos de Aia*”, seriado norte-americano que problematiza como terminamos por consentir e legitimar formas de controle e opressão pelo medo, vulnerabilidade e insegurança.

As medidas do estado de alerta não apenas buscam acabar com a pandemia de gripe, mas também buscam espalhar outra pandemia: a da servidão voluntária da população obedecendo às leis diante do perigo da pandemia, acabar com as críticas ao Estado e ao capitalismo diante do medo e dos possíveis riscos. Essa servidão voluntária seria impossível sem a submissão aos nossos dispositivos tecnológicos e ao modo de vida que eles criaram. Diante de uma situação de pandemia ou de qualquer outro desastre, estamos sujeitos a tecnocratas, especialistas, experts, cientistas, etc., àqueles gerentes do espaço e do tempo que têm tudo planejado em seus cálculos (irracionalmente) racionais. (...) Diante da epidemia, o confinamento industrial em que vivemos cresce enormemente, nos trancam em nossas gaiolas de tijolos e concreto, de onde só podemos escapar virtualmente da realidade avassaladora através de nossos dispositivos tecnológicos. Os mesmos aparelhos que subjagam e perpetuam a alienação do modo de vida industrial. Aqueles dispositivos que nos desumanizam e moldam nossas percepções, nosso cérebro, nossos sentimentos etc. que redesenham a maneira como vemos a nós mesmos e ao mundo (“AS EPIDEMIAS NA ERA DO CAPITALISMO”. *A LUTA É PELA VIDA!*, 2020, p. 37 e 38. O parênteses é nosso).

A epidemia se converte em um pretexto para a imposição, sem resistência, de novas formas de exploração (“EPIDEMIA: MASSACRE DO ESTADO?”. *A LUTA É PELA VIDA!*, 2020, p. 45).

O que vivemos? Como se pergunta Eliane Brum: “Gêneses ou Apocalipse?!, na interpretação do senso comum”. Ou então, o que é muito mais provável, “nada tão grandiloquente, mas imensamente decepcionante: a reedição de nossa invencível capacidade de adaptação ao pior” (“O vírus somos nós...”. *El País*, 2020). Entretanto, o “pior” pode liquidar a capacidade de adaptação, porque é o desenvolvimento acelerado das condições para nossa própria extinção.

(...) segundo a Organização Mundial de Saúde a poluição atmosférica, que é apenas uma das dimensões da crise ecológica, mata anualmente 7 milhões de pessoas. Segundo a Organização Mundial de Meteorologia, o gelo da Antártida está a derreter seis vezes mais rapidamente do que há quatro décadas, e o gelo da Groenlândia, quatro vezes mais rapidamente do que se previa. Segundo a ONU, temos dez anos para evitar a subida de 1,5 graus de temperatura global em relação à época pré-industrial, e em qualquer caso vamos sofrer. Apesar de tudo isso, a crise climática não suscita uma resposta dramática e de emergência como a que a pandemia está a provocar. E o pior é que enquanto a crise da pandemia pode ser de algum modo revertida ou controlada, a crise ecológica já é irreversível e agora há apenas que procurar mitigá-la. Mas mais grave ainda é o fato de as duas crises estarem ligadas. A pandemia do coronavírus é uma manifestação entre muitas do modelo de sociedade que se começou a impor globalmente a partir do século XVII e que está hoje a chegar à sua etapa final. É este o modelo que está hoje a conduzir a humanidade a uma situação de catástrofe ecológica. (...) Não se trata de vingança da Natureza. Trata-se de pura autodefesa. O planeta tem de se defender para garantir a sua vida. A vida humana é uma ínfima parte (0,01%) da vida planetária a defender (SOUZA SANTOS, 2020, p. 22 e 23).

Não estamos sozinhos no planeta e não somos deuses. Se talvez tivéssemos todos atingido o “nirvana” e encontrado o “divino em nós” aí sim poderíamos ter uma outra maneira de nos relacionar com a Natureza e todos os demais seres vivos do planeta e com aqueles ao nosso redor e não estaríamos mais vivendo da forma como estamos, teríamos construído uma nova sociabilidade, novas relações sociais de produção, sob controle efetivo do social. Todavia, por enquanto, não é o que se apresenta, nem o que se vive. Talvez, a dor que muitos estão sentindo e pela qual muitos outros estão passando, como diz Krenak (2020, p. 5 e 6),

ajude as pessoas a responder se somos de fato uma humanidade. Nós nos acostumamos com essa ideia, que foi naturalizada, mas ninguém mais presta atenção no verdadeiro sentido do que é ser humano. (...) É terrível o que está acontecendo, mas a sociedade precisa entender que não somos o sal da terra. (...) há muita vida além da gente, não fazemos falta na biodiversidade. (...) Esse pacote chamado de humanidade vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. (...) Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alimentamos desse organismo de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo que exista algo que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza (KRENAK, 2020, p. 5 - 8).

Ou então, como assevera Souza Santos (2020), talvez:

(...) a humanidade assuma uma posição mais humilde no planeta que habita. Uma humanidade que se habitue a duas ideias básicas: há muito mais vida no planeta do que a vida humana, já que esta representa apenas 0,01% da vida existente no planeta; a defesa da vida do planeta no seu conjunto é a condição para a continuação da vida da humanidade. De outro modo, se a vida humana continuar a pôr em causa e a destruir todas as outras vidas de que é feito o planeta Terra, é de esperar que essas outras vidas se defendam da agressão causada pela vida humana e o façam por formas cada vez mais letais. Nesse caso, o futuro desta quarentena será um curto intervalo antes das quarentenas futuras. (SOUZA SANTOS, 2020, p. 31)

O vírus, como frisa Brum, “não está interessado em nos passar nenhuma mensagem, só está mesmo cuidando da própria vida, e mostra: vocês, humanos, não estão sozinhos nesse planeta nem têm o controle que acreditam ter. (...) já não há mais como permanecer refestelado no próprio umbigo” (“O vírus somos nós...”. *El País*, 2020). Krenak (2020, p. 11) acena com a possibilidade de que

“não podemos pagar o preço que estamos pagando e seguir insistindo nos erros”. (...) O mundo está agora numa suspensão. E não sei se vamos sair dessa experiência da mesma maneira que entramos. É como um anzol nos puxando para a consciência. Um tranco para olharmos para o que realmente importa. (...) Tomara que não voltemos à normalidade, pois, se voltarmos, é porque não valeu nada a morte de milhares de pessoas no mundo inteiro. (...) Não podemos voltar àquele ritmo, ligar todos os carros, todas as máquinas ao mesmo tempo. Seria como se converter ao negacionismo, aceitar que a Terra é plana e que devemos seguir nos devorando. Aí, sim, teremos provado que a humanidade é uma mentira (KRENAK, 2020, p. 11, 12 e 14).

A grande questão é saber se a pós-pandemia poderá provocar, de fato, uma mudança substantiva na forma da maioria dos indivíduos do planeta se enxergar e ao mundo, assim como se questionarão esse modo de produção autodestrutivo que é o capitalismo e o sistema capital. As tendências não são muito animadoras, considerando que:

É o que éramos até aqui que vai definir o que poderemos ser durante e depois da pandemia (“Ricardo Antunes e o proletariado em tempo de pandemia”. REVISTA CULT, 2020).

Não, o mundo não será melhor se voltarmos ao normal. O “normal” é o problema que apenas foi revelado em cores mais nítidas pela calamidade de um vírus. (...) A pandemia vai passar. O Brasil que emergirá dela será um país capitalista em crise com uma ordem burguesa em conflito interno e uma nação fraturada. (...) O Brasil e o mundo que virão depois da pandemia são, portanto, os mesmos que deixamos lá atrás quando tudo isso começou: um país e um mundo que precisam de uma revolução (“Pré-história, pós-pandemia...”. IASI, 2020).

Zizek afirma que o vírus deu um golpe mortal no capitalismo (...) Zizek se engana. (...) após a pandemia o capitalismo continuará com ainda mais pujança. O vírus não pode substituir a razão. (...) O vírus não vencerá o capitalismo. A revolução viral não chegará a ocorrer. Nenhum vírus é capaz de fazer a revolução. O vírus nos isola e individualiza. Não gera nenhum sentimento coletivo forte. De alguma maneira, cada um se preocupa somente por sua própria sobrevivência. A solidariedade que consiste em guardar distâncias mútuas não é uma solidariedade que permite sonhar com uma sociedade diferente, mais pacífica, mais justa. Não podemos deixar a revolução nas

mãos do vírus. Precisamos acreditar que após o vírus virá uma revolução humana. Somos NÓS, PESSOAS dotadas de RAZÃO, que precisamos repensar e restringir radicalmente o capitalismo destrutivo, e nossa ilimitada e destrutiva mobilidade, para nos salvar, para salvar o clima e nosso belo planeta (EL PAÍS, 2020).

“a peste pode vir e ir embora sem que o coração do homem seja modificado”, da obra de Albert Camus, *A Peste*, citada por De Masi (“Coronavírus anuncia revolução...” MASI, 2020).

Na guerra temos dois caminhos pessoais que determinam o coletivo: nos tornamos melhores do que somos ou nos tornamos piores do que somos (“O vírus somos nós...”. EL PAÍS, 2020).

Tais ponderações, que são parte das notícias que veiculam nas revistas, notícias das redes sociais, nos jornais *online* e televisivos, nos impressos do Brasil e do mundo, permitem inferir que o velho mundo não ruirá pós-pandemia, só estará meio fraturado, porém, insistirá em seguir os mesmos preceitos, as velhas fórmulas, tomando medidas ainda mais precarizadoras das condições de vida e trabalho da maioria da população do planeta, composta pela classe-que-vive-da-venda-de-sua-força-de-trabalho-como-mercadoria. O Estado de Exceção/Emergência potencialmente pode vir a ser a situação normal. “O vírus, então, teria conseguido o que nem mesmo o terrorismo islâmico conseguiu totalmente” (“O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã”. *El País*, 2020).

Não se trata de determinismos, nem especulações, mas algumas das tendências do real. George (2003) denuncia como os organismos multilaterais internacionais orquestraram e coordenaram as (contra)reformas neoliberais implementadas pelos Estados Nacionais, evidenciando o quanto, no sistema capital, importam os lucros, o consumo desenfreado e quem apresenta condições de consumir, e não as pessoas, mostrando qual é a lógica da *necropolítica*, onde se governa para o capital e para os capitalistas (empresários, bancos, homens de negócio, grandes corporações e oligopólios):

O Banco Mundial e o FMI estiveram na vanguarda em matéria de transferência de serviços públicos para o setor privado. Na prática, essa política exerce hoje muito mais influência sobre a saúde das pessoas nos países subdesenvolvidos do que a Organização Mundial da Saúde e os ministérios da saúde locais: ambos perderam terreno e sua capacidade de iniciativa. Como ressaltou o Banco Mundial, os riscos que a saúde dos pobres corre, devido “aos equipamentos sanitários medíocres, a uma distribuição de água frequentemente contaminada, higiene pessoal e alimentar de má qualidade, tratamento inadequado do lixo, atmosfera poluída no interior de favelas superpopulosas” têm um efeito significativo e juntos são responsáveis por um terço do “total de enfermidades no mundo”. A solução do Banco Mundial é que os governos “coloquem em funcionamento um quadro legal e administrativo em que prestadores de serviços responsáveis (em geral do setor privado) sejam incitados a oferecer aos lares os serviços que eles querem e *para aqueles que estejam dispostos a pagar*, compreendendo o abastecimento de água, a coleta das águas utilizadas e de lixo, o aquecimento com combustão própria e a moradia”. A experiência mostra, contudo, que quando for necessário pagar por esses serviços ao seu preço real e que eles, além disso, proporcionem lucro, tais serviços estarão longe do alcance dos habitantes das

favelas e dos bairros pobres, o que estimulará os vetores de doenças. (...) A estimativa comercial para a assistência à saúde adotada pelo Banco Mundial generalizou-se, e deveria concluir a privatização da medicina em todos os lugares em que ela ainda não foi realizada (...) No futuro, e à medida que diminuam os orçamentos dos serviços públicos, os governos deverão, mais cedo ou mais tarde, instituir um sistema de assistência médica privado e erradicar a ideia de que a saúde seja um direito. As pessoas devem aprender a ser clientes ou membros contribuintes do sistema de assistência à saúde coletiva, e não mais beneficiários passivos de uma engrenagem pública de distribuição. Seria bom explorar as possibilidades de sinergia. Por exemplo, os projetos de equipamentos e de novos métodos agrícolas preconizados pelo Banco Mundial podem contribuir para a expansão da malária, como ocorreu na Índia, criando zonas de águas estagnadas e pântanos; estes constituem excelentes lugares para reprodução dos mosquitos. Todas as doenças ligadas aos problemas de meio ambiente, impossíveis de ser resolvidos individualmente, serão acentuadas pelas privatizações (GEORGE, 2003, p. 150 e 151).

A privatização da saúde e das condições infraestruturais sanitárias contribuem, efetivamente, para o aumento do número de mortandade da população mundial, afetando, principalmente, a classe-que-vive-da-venda-da-sua-força-de-trabalho e não tem condições de pagar por esses serviços. Masi (2020) nos informa que

no país mais rico e poderoso do mundo, os EUA, onde o bem-estar é estupidamente mortificado, os suspeitos de COVID-19 precisam desembolsar o equivalente a 1200 euros pelo teste. O vírus corona, ao se difundir, causaria uma verdadeira hecatombe entre 90 milhões de estadunidenses que, desprovidos de seguro-saúde, seriam cinicamente rejeitados pelos hospitais (“Coronavírus anuncia revolução...”. MASI, 2020).

Enquanto isso, na Itália, país de Masi, a constituição de 1948

considera a saúde como um direito fundamental de cada ser humano. Já a reforma sanitária de 1978 instituiu um serviço nacional universal que considera a saúde não como meramente a ausência de doença, mas como o bem-estar físico, psíquico e social completo. Graças a esse regime de saúde, todos os residentes (e também os turistas) fruem dos cuidados médicos sem qualquer custo. Isso nos possibilitou descobrir e curar prontamente os contágios e reduzir o número de mortes (MASI, 2020).

Mas essa não é a regra, e sim uma das poucas exceções que corre grande risco de extinção pela força expansiva destrutiva e degradante do capital global. O que assistimos com essa pandemia nas circunstâncias de um capitalismo em seu estágio neoliberal selvagem, é a utilização do “método da *triage*, inventado pelos cirurgiões da Primeira Grande Guerra, que abandonavam casos sem esperança para se concentrar nos feridos que podiam ser salvos” (GEORGE, 2003, p. 150). Agora estão chamando de “Escolha de Sofia”, expressão que invoca a imposição de se tomar uma difícil decisão sobre pressão e enorme sacrifício pessoal, provocando uma terrível angústia e sofrimento em todos os agentes de saúde que precisam decidir quem vive e quem morre por falta de infraestrutura para prestar socorro. O *juramento de Hipócrates* que prestaram ao se formar, que afirma, em certa altura, que farão de tudo para

garantir o bem-estar dos doentes, dispondo de todos os recursos que estejam sob seu poder e usando seu entendimento, a fim de jamais causar dano ou mal a alguém, é descumprido.

Dentre os contaminados, serão selecionados aqueles que estão em “idade lucrativa”, podendo fazer parte da população economicamente ativa (mercado formal ou informal) e consumidora em detrimento de idosos e demais pessoas que já apresentam outras complicações de saúde, pois não há recursos para salvar a todos. Além disso, como diz George (2003, p. 150):

É normal que as doenças que mais recebem atenção sejam aquelas que afetam grupos que mais possam suportar os custos de uma pesquisa complexa e pagar por cuidados de qualidade. Espera-se que a opinião pública, no hemisfério Norte e ainda mais no hemisfério Sul, aprenda a encarar com grande fatalismo a doença e a se dobrar diante do inevitável, como as pessoas o fizeram durante séculos. (GEORGE, 2003, p. 150).

E, de fato, parece ser essa a atitude das pessoas, que mesmo indignadas perante a situação não têm poder de mobilização, articulação e não conseguem estabelecer uma correlação de forças de enfrentamento efetivo para pressionar e barrar medidas de um “Estado de Emergência/Exceção” que se torna cada vez mais soberano e menos “público”, no sentido de servir ao público, como colocam Dardot e Laval (“A prova política da pandemia”. *Blog da Boitempo*, 2020):

O Estado soberano coloca-se acima dos compromissos e obrigações, pois é livre para contrata-los e para revoga-los quando bem entender. (...) A superioridade do Estado significa, portanto, efetivamente, a superioridade de seus representantes no que se refere a leis, obrigações e compromissos que podem comprometê-lo permanentemente. E é essa superioridade que é elevada ao nível de princípio por todos os soberanos. (...) (Por outro lado, os) serviços públicos não são serviços estatais (...), são públicos na medida em que estão a “serviços do público”. Nesse sentido, eles caem sob uma obrigação positiva do Estado para com os cidadãos. Em outras palavras, eles são devidos pelo Estado e pelos governantes aos governados. Não consiste em um favor que o Estado faz aos governados, tal como na fórmula do “estado de bem-estar”, fórmula que é controversa por causa da inspiração liberal que a criou. O jurista Léon Duguit, um dos principais teóricos dos serviços públicos, comentou isso no início do século XX: é o primado dos deveres daqueles que governam aos governados que constitui a base do que é chamado “serviço público”. Para ele, os serviços públicos não são uma manifestação do poder do Estado, mas um limite ao poder do governo. São os governantes que são os servos dos governados. Essas obrigações impostas àqueles que governam, também são impostas aos agentes do governo; ora, são elas que formam a base da “responsabilidade pública”. É por isso que os serviços públicos se enquadram no princípio da solidariedade social, que é imposto a todos, e não no princípio da soberania, que é incompatível com aquele da responsabilidade social. (DARDOT; LAVAL, 2020)

Ainda que esse primado demonstre total desconhecimento sobre a própria natureza do Estado, das razões do seu aparecimento em dado momento do desenvolvimento histórico como produto das novas condições e circunstâncias econômico-sociais historicamente postas, já que é um Estado de classe, da classe economicamente dominante que se torna, por isso, politicamente dominante (ENGELS, 1991, p. 190-196 e 199), é um contraponto lógico racional às ações que os Estados, em caráter de emergência e exceção, vem empreendendo, utilizando

como justificativa o “bem-comum”, o “social”, colocando em prática, na verdade, aquilo que Dardot e Laval denominam como “ficção da soberania do Estado”, reprimindo a concepção daquilo que seria adequado se entender por “serviços públicos”, conforme o jurista Léon Duguit.

A grande preocupação não é com a saúde “pública-social”, mas com a “saúde econômica”. Como pontua Dowbor (2020, p. 114), consultando o site do Tesouro Nacional é possível constatar

que o governo tem transferido em juros, essencialmente para bancos e outros aplicadores financeiros, entre R\$ 300 e R\$ 400 bilhões por ano, dinheiro que precisamente deixou de ir para a educação, segurança e o SUS. (...) Aliás, a PEC 10/2020, a “da guerra”, desvincula gastos do controle, “exceto os recursos vinculados ao pagamento da dívida pública”. (DOWBOR, 2020, p. 114).

Iasi (“Pré-histórica, pós-pandemia...”. *Resistir.Info*, 2020) também observa que “o chamado saneamento financeiro (...) consome algo em torno de 48-50% do orçamento do Brasil (em 2019 foram 38,7% só com o pagamento de juros e amortizações), enquanto o saneamento básico ficou, em 2015, com 0,01% destes recursos, a saúde pública com 9,2% em 2019”. Alternativas existem, mas são impensáveis e impraticáveis, porque tocam nos intocáveis: os mais ricos, o grande capital e a classe capitalista com grandes concentrações e centralizações de capital. Como diz Safatle (2020, p. 232), “elas passam por suspender o pagamento da dívida pública, por taxar enfim os ricos e fornecer aos mais pobres a possibilidade de cuidar de si e dos seus, sem se preocupar em voltar vivo de um ambiente de trabalho que será foco de disseminação, que será a roleta russa da morte”. Além disso, os bancos privados devem bilhões ao Estado, mas não pagam.

(...) proprietários de templos, lanchas, *jetskys* e helicópteros podem e devem pagar impostos, assim como as emissoras de rádio e TV, que são concessões públicas, não devem ganhar isenção de tributos em razão do horário de propaganda eleitoral. Segundo o TCU, em 2016 as renúncias fiscais somaram R\$ 354,7 bilhões. Em 2015, o INSS deixou de arrecadar pelo menos R\$ 30,4 bilhões, em razão de sonegação e inadimplência. (Depois dizem que a previdência está em déficit. Se os sonegadores, inadimplentes e os bancos pagassem o que devem, ela daria superávit) (SEVERO, 2020, p. 223. O parênteses é nosso).

No entanto, ao invés dessas taxações, o que se faz é aumentar ainda mais a precariedade existencial, salarial e das condições de trabalho dos trabalhadores assalariados (para não falar dos desempregados/desamparados, vivendo em condições desesperadamente desumanas) em situação cada vez mais precária pela precarização crescente de sua seguridade e proteção social.

Em meio à pandemia, com mais de 38,8 milhões de indivíduos atuando na informalidade – já que esse era o número estipulado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2019, correspondendo à 41,1% da população ocupada –, visando garantir as condições mínimas de manutenção biofísica desses mesmos indivíduos, golpeados duramente pela crise sanitária e sem condições de “ficar em casa”, num primeiro momento foi sugerido um ignóbil e vexaminoso auxílio mensal por parte do Estado, através de seu representante do Ministério da Economia, Paulo Guedes, de R\$ 200,00, chegando ao valor, após protestos e pressões, de míseros R\$ 600,00, enquanto o *salário mínimo nominal* hoje é de R\$ 1.045,00, e segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) o *salário mínimo necessário e real* deveria ser de R\$ 4.483,20 (DIEESE), isto referente ao mês de março de 2020.

O Congresso Nacional (deputados, senadores), majoritariamente, ainda que tenha opositores e resistências – que, infelizmente, não têm poder na atual conjuntura e articulação de forças –, não leva em consideração, como os ministros de alguns ministérios, em momento algum, o fato de que

para inúmeros trabalhadores, empenhados com despesas de créditos imobiliários, empréstimos consignados, débitos automáticos de gastos condominiais e de serviços, pensões alimentícias, créditos de bens móveis, [aluguéis], etc., tais cortes significa[m], em muitos casos, receber no fim do mês um contracheque negativo, criando uma onda de miséria social e de inadimplência e retomada de bens (móveis e imóveis) em massa, e especulação desenfreada, com um só grande beneficiário na ponta da corrente, o grande capital financeiro, já amplamente beneficiado pelo Banco Central, que anunciou a disponibilidade de R\$ 1,216 trilhão para os bancos brasileiros, o que equivale a 16,7% do PIB. Compare-se essa cifra com o “pacote” anunciado pelo governo (a 23 de março) de R\$ 88,2 bilhões para combater a pandemia: ele equivale a 7,5% dos fundos “disponibilizados” para o grande capital financeiro (BOLETIM CLASSISTA, 2020).

Conseguiu-se os 600 reais para um segmento da sociedade, por três meses, mal chega a 100 bilhões no conjunto, e o resto vai essencialmente para bancos. Lembrando que na nossa força de trabalho de 105 milhões de pessoas, temos 13 milhões desempregados, 40 bilhões no setor informal, ou seja, a metade da força de trabalho é desprotegida. No emprego formal privado temos apenas 33 milhões, menos de um terço da força de trabalho. Mesmo antes da crise atual a precariedade já era imensa. A massa de dinheiro público que vai para os bancos irá, como anunciado, ajudar as empresas e as famílias? Os bancos já reagiram, aumentaram os juros, dizem que precisam “evitar riscos”. E ficam com o dinheiro (DOWBOR, 2020, p. 116).

Na República Suicidária brasileira não há chance alguma de fazer o sistema financeiro verter seus lucros obscenos em um fundo comum para o pagamento de salários da população confinada, nem de enfim implementar o imposto constitucional sobre grandes fortunas para ter a disposição parte do dinheiro que a elite vampirizou do trabalho compulsivo dos mais pobres. Não, essas possibilidades não existem (SAFATLE, 2020, p. 230 e 231).

A barbárie social só tende a se aprofundar com a instauração de uma pandemia que só faz tornar ainda mais acentuadas a crise econômica, política, social, cultural que se está vivendo há algumas décadas e de maneira mais intensificada com a chegada ao poder da extrema-direita (e mesmo da ultra-direita) em alguns países da Europa, nos Estados Unidos e aqui no Brasil, que priorizam o mercado, os capitais e o lucro acima da vida dos seres humanos (necropolítica). Como ressalta Boaventura Souza Santos (2020), esses governos de extrema-direita ou de “direita neoliberal”

falharam mais do que os outros na luta contra a pandemia. Ocultaram informação, desprestigiaram a comunidade científica, minimizaram os efeitos potenciais da pandemia, utilizaram a crise humanitária para fazer chicana política. Sob o pretexto de salvar a economia, correram riscos irresponsáveis (...). Deram a entender que uma dose de darwinismo social seria benéfica: a eliminação de parte das populações que já não interessam à economia, nem como trabalhadores nem como consumidores, ou seja, populações descartáveis como se a economia pudesse prosperar sobre uma pilha de cadáveres ou de corpos desprovidos de qualquer rendimento (SOUZA SANTOS, 2020, p. 26).

Para atingir seus fins, se especializam, cada vez mais, “na prática de desenrolar mentiras de forma tão rápida que o próprio conceito de verdade desaparece” (CHOMSKY, 2020, p. 155). Através das tecnologias de informação que se instala na vida diária da massa da população, como as redes sociais interativas, difundem uma avalanche de *fake news*, fazendo um controle político das opiniões e conformando o senso comum. George (2003, p. 104) sentencia que “caberá às tecnologias de informação o papel principal para construir e consolidar uma ordem mundial remodelada. (...) (aumentar) a vigilância sobre todas as formas de oposição; (facilitando) a infiltração nelas e o seu desmantelamento”. São, indubitavelmente, exímios nessa arte e “arquitetura da destruição”.

As tessituras de Safatle (2020) sobre a necropolítica do atual Estado brasileiro são muito pertinentes e deve-se tê-las em mente para que se possa preparar para o que ainda está por vir:

Caminhamos para além da temática necropolítica do Estado como gestor da morte e do desaparecimento. Um Estado como o nosso não é apenas o gestor da morte. Ele é o ator contínuo da sua própria catástrofe, ele é o cultivador de sua própria explosão. (...) O fim da Nova República terminará em um macabro ritual de emergência de uma nova forma de violência estatal e de rituais periódicos de destruição de corpos. (...) Hannah Arendt falava do fato espantoso de que aqueles que aderiram ao fascismo não vacilavam mesmo quando eles próprios se tornavam vítimas (qualquer semelhança com os eleitores de Bolsonaro é “mera coincidência”), mesmo quando o monstro começava a devorar os seus próprios filhos. O Estado suicidário consegue fazer da revolta contra o Estado injusto, contra as autoridades que nos excluam, o ritual de liquidação de si em nome da crença na vontade soberana e na preservação de uma liderança que deve encenar seu ritual de onipotência mesmo quando já está claro como o sol sua impotência miserável. (...) O fascismo brasileiro e seu próprio nome, Bolsonaro, encontraram, enfim, uma catástrofe para chamar de sua. Ela veio sob a forma de uma pandemia (...) Diante da submissão a uma exigência de autopreservação

que retira da paranoia seu teatro, seus inimigos, suas perseguições e seus delírios de grandeza a escolha foi, no entanto, pelo flerte contínuo com a morte generalizada. Se ainda precisássemos de uma prova de que estamos a lidar com uma lógica fascista de governo, esta seria a prova definitiva. Não se trata de um estado autoritário clássico que usa da violência para destruir inimigos. Trata-se de um Estado suicidário de tipo fascista que só encontra sua força quando testa sua vontade diante do fim (SAFATLE, 2020, p. 227, 228 e 229).

Este “Estado suicidário, executor de uma necropolítica genocida, ignora os dados alarmantes da situação de precariedade e precarização da classe trabalhadora, tornados ainda mais assustadores pelas probabilidades verificadas pela Organização Internacional do Trabalho para a pós-pandemia, como demonstrado abaixo:

Quase 3,5 milhões de brasileiros trabalhavam em mais de uma atividade para lograr seus sustentos e 3,8 milhões de pessoas tinham como principal fonte de renda o trabalho mediante aplicativos de mobilidade (IBGE, 2019). Mas ainda no segundo trimestre de 2019 o Brasil atingiu a marca de 12,8 milhões de pessoas desempregadas. Se a esse número fosse somado o contingente da população subutilizada (incluindo pessoas subocupadas ou em situação de desalento), a escassez de trabalho atingia um montante de 28,4 milhões de habitantes. Nessa mesma época, constatou-se que cerca de quase 104 milhões de brasileiros sobreviviam com até R\$ 413,00 por mês (IBGE, 2019) (BRAZ, 2020, p. 119).

Durante a pandemia as empresas poderão reduzir a jornada de trabalho e, conseqüentemente, o salário do empregado por até 90 dias. A MPR 936 prevê que as reduções podem ser de 25%, 50% ou 70% e o que o governo deve compensar parte da perda do trabalhador com o pagamento da parcela de seguro-desemprego que o funcionário teria direito caso fosse demitido. (...) A Renda Básica Emergencial (Lei 13.982/2020) destina R\$ 600,00 reais mensais por até três meses à população de baixa renda e sem emprego formal. O período de pagamento pode ser estendido a depender da duração da pandemia (“O que mudou até agora na lei trabalhista...”. *Aos Fatos*, 2020).

Atualmente, 6,3 milhões de pessoas fazem trabalhos domésticos no país – a maioria, mulheres negras. (...) Desse grupo, 1,5 milhão trabalham com carteira assinada. Outros 2,3 milhões de trabalhadores atuam sem carteira assinada e 2,5 milhões são diaristas, o que as torna um grupo vulnerável diante do cenário atual. (...) A situação de pandemia indica que o maior número de trabalhadores neste momento (de grande risco de contágio) estão desamparados por leis trabalhistas. As diaristas estão em situação ainda mais precária e vulnerável, sem contratos legais que possibilitem, por exemplo, negociar adiantamento de férias (“Pela vida de nossas mães...”. *Periferia em Movimento*, 2020).

(Segundo a OIT (2020) – Organização Internacional do Trabalho) (...) estimativas preliminares indicam um aumento no desemprego global entre 5,3 milhões de pessoas (cenário ‘baixo’) e 24,7 milhões (cenário ‘alto’), a partir de um nível base de 188 milhões em 2019. O cenário ‘médio’ sugere um aumento de 13 milhões de desempregados (7,4 milhões nos países de alta renda). (...) Para comparação, a crise financeira global de 2008-2009 aumentou o desemprego em 22 milhões de pessoas. (...) Como observado em crises anteriores, os efeitos adversos sobre a demanda por trabalho provavelmente levarão a amplos ajustes em termos de redução de salários e horas de trabalho. (...) Também é necessário considerar a possibilidade de o número de trabalhadores em situação de pobreza aumentar substancialmente. (...) poderia haver um adicional de 8,8 milhões de trabalhadores em situação de pobreza em todo o mundo, mais do que o inicialmente previsto. (...) Nos cenários de incidência média ou alta, haverá, respectivamente, de 20,1 a 35 milhões de trabalhadores em situação

de pobreza, valor acima das previsões feitas para 2020, antes do surto de COVID-19. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2020).

Vive-se, de fato, a barbárie social, que com a pandemia tende a se agravar, principalmente para o lado do mundo do trabalho, da classe trabalhadora, formal (que já experimenta a desregulação e flexibilização das leis trabalhistas) e informal (agora legalmente formalizado pelo trabalho intermitente e terceirizado), tanto nos países centrais como nos periféricos. “Haverá recuperação da crise do COVID-19, a um custo grave e possivelmente horrendo, principalmente para os pobres e mais vulneráveis” (CHOMSKY, 2020, p. 154).

Tenhamos em mente que, no período imediatamente anterior à pandemia, havia protestos massivos em muitos países contra as desigualdades sociais, a corrupção⁵ e a falta de proteção social. Muito provavelmente, quando terminar a quarentena, os protestos e os saques voltarão, até porque a pobreza e a extrema pobreza vão aumentar. Tal como anteriormente, os governos vão recorrer à repressão até onde for possível, e em qualquer caso procurarão que os cidadãos⁶ baixem ainda mais as expectativas e se habituem ao novo normal (SOUZA SANTOS, 2020, p. 30).

Muitas das notícias publicadas recentemente se dividem entre posicionamentos otimistas e outros pessimistas. É aqui que se precisa resgatar Gramsci (2002), lembrando que é imprescindivelmente necessário “sonhar de olhos abertos”, considerando as condições, circunstâncias e situação posta pela realidade concreta, fazendo as mediações entre o “otimismo da vontade” e o “pessimismo da inteligência (ou da razão)”. Nada de fantasiar. “Pode-se tudo aquilo que se quer e se quer toda uma série de coisas que não se possui no presente. No fundo, é o presente invertido que se projeta no futuro. (...) É preciso, ao contrário, dirigir violentamente a atenção para o presente assim como é, se se quer transformá-lo” (GRAMSCI, 2002, p. 295).

Por isso, não se deve deixar ludibriar. Apesar das lições que podem ser extraídas dessa pandemia – pelo escancarar da crise socioeconômica-ambiental-política-cultural que ela propiciou ao expôr as contradições do sistema capital e seu regime neoliberal selvagem –, que demonstrou e provou, na prática, como

⁵ O *combate à corrupção* é uma falácia, uma vez que ela é inerente ao sistema capitalista. Como enfatiza Lênin (1978, p. 17 e 18), pautado em Engels: “fazer política, na República democrática, é utilizar como princípio a corrupção e a cooptação. Diz Engels: na República democrática a riqueza utiliza-se do seu poder indiretamente, mas com maior segurança, primeiro pela corrupção pura e simples dos funcionários, depois pela aliança entre o Governo e a Bolsa. (...) A onipotência da riqueza, tanto melhor assegurada numa república democrática, (...) firmou o seu poder de maneira tão sólida, tão segura que nenhuma mudança de pessoas, instituições ou partidos, na república democrática burguesa, é suscetível de abalar esse poder”.

⁶ Para nós, cidadania é a cisão do indivíduo social em *duas vidas*: uma pública e outra privada, fazendo a manutenção das desigualdades sociais, pois enquanto na primeira esfera há uma igualdade jurídica, apenas formal entre os indivíduos, na segunda, que é a vida cotidiana, as desigualdades de classe, raça e sexo continuam. Por isso, é preciso superar a democracia e a cidadania burguesas pela democracia social radical, onde o poder social é restabelecido ao povo, pondo fim, por incorporação e superação, à própria democracia e cidadania. Ver: SOUZA, Iael; PIOLLI, Evaldo. As Ilusões (e as Tarefas) da democracia e da cidadania – possíveis contribuições da educação escolar. *Revista Contexto & Educação*, ano 33, nº 106, Set./Dez. 2018, p. 302-317.

independente da orientação política dos estados, a pandemia parece ser melhor respondida por países que preservaram um nível razoável de serviços públicos de caráter universal. (...) Um indicador que não está relacionado necessariamente à capacidade estritamente econômica de cada nação, mas ao compromisso social envolvido no arranjo institucional. (...) nações que mais recentemente se dedicaram a promoção de serviços públicos à população são sem dúvida as menos afetadas. Do Vietnã aos países nórdicos, da Coreia do Sul à Cuba, o padrão se repete. No Brasil, apesar do governo, o SUS resiste com uma porção do seu embrionário estado de bem-estar-social pensado em 88, por sua própria capacidade institucional, técnica e de pessoal, tem conseguido retardar o pesadelo (OTONI, 2020, p. 179).

E ainda assim, por outro lado, não há como sustentar que todos os indivíduos sairão dela melhor, mais humanizados e solidários. Alguns dos motivos já foram apontados que contrariam os otimistas – que ao invés de “sonhar com os olhos abertos”, fantasiam e perdem o contraponto do “pessimismo da razão” –, e outros se faz necessário acrescentar.

Dentre eles, o fato de que os *valores* que são repassados, aprendidos e internalizados pelas práticas sociais e relações travadas nos diferentes espaços de interação social, atendendo às finalidades da sociabilidade capitalista e sua lógica de produção/reprodução, *naturalizam* o individualismo, o egoísmo, a concorrência, a competição, a família privada (o núcleo familiar e os “seus” – de cada indivíduo – entes queridos). Tais valores concorrem para que nos voltemos a nós mesmos e aos nossos. Não enxergamos a espécie humana como família, nem a Natureza como “nossa casa”, casa de toda a humanidade.

A solidariedade que aparece nos momentos de catástrofe e tragédia, nos momentos mais dramáticos é uma reação momentânea que vai perdendo força quando a situação se torna totalmente caótica e a selvageria da barbárie social toma conta. A partir daí, devido àqueles valores, tão arraigados em nós, é a hora do “salve-se quem puder”, “cada um por si” e cada qual por *sua* “família privada” e os *seus* “entes queridos”. Solidários se manterão apenas aqueles que já o eram antes de todo esse “absurdo extraordinário”. Afinal, a escassez e o medo revelam o que há de pior na humanidade.

E não é solidariedade quando as pessoas, mesmo não concordando, são, na verdade, obrigadas a agir de uma determinada forma pela força das circunstâncias. Isto porque, por mais que se queira manter a postura e o discurso de que “se *eu* me infectar, o problema é *meu*”, portanto, individual e não social, que não há sociedade, apenas indivíduos e famílias, como queria Margareth Thatcher, a própria falta de infraestrutura da realidade nos corrige, “pois será, na verdade, problema do sistema coletivo de saúde, que não poderá atender outros porque precisa cuidar da irresponsabilidade de um dos membros da sociedade”. Isto porque

o contágio é o fenômeno mais democrático e igualitário que conhecemos. Ele nos lembra, ao contrário, que não há essa coisa de indivíduo e família, há a sociedade que

luta coletivamente contra a morte de todos e sente coletivamente quando um dos seus se julga viver por conta própria (SAFATLE, 2020, p. 232).

O vírus não faz “distinção” de classe, raça e sexo, embora se tenha ciência de que essa *desigualdade* é muito real e se faz presente nas condições, e na falta delas, que cada segmento social poderá ou terá como usufruir – se não for retirado o pouco que ainda lhes resta – para se proteger. Cabe perguntar até que ponto a grande maioria, composta pelos pobres, populares e pela classe trabalhadora, está disposta a se submeter e consentir, por medo, insegurança e incerteza, em ser explorada, porque, não há dúvida,

nesse quadro mundial de crise, as disputas sobre o custo, e sobre quem paga o custo da pandemia, é o aspecto central da luta de classes no atual cenário mundial, pondo, desta vez, em jogo a vida e a sobrevivência da maioria dos explorados. Exemplos históricos não faltam. As pestes e pandemias do passado não “unificaram”, como se costuma propalar, a sociedade, mas, ao contrário, a dividiram e enfrentaram como nunca antes: a “Peste Negra” de 1347-1350 presidiu e acelerou o declínio da ordem feudal na Europa (e foi o pano de fundo da ascensão de novas classes sociais, das lutas entre as quais a burguesia capitalista emergiu finalmente como vitoriosa); a “gripe espanhola”, de 1918-1921, contra o pano de fundo das destruições provocadas pela guerra mundial, viu uma onda revolucionária varrer a Europa e o mundo, da qual a Revolução de Outubro e sua consolidação foi a expressão mais avançada (FAGUNDES; AZEVEDO, 2020).

Por isso, concorda-se com Souza Santos (2020, p. 30): “Ao contrário do que se possa pensar, o imediato pós-quarentena não será um período propício a discutir alternativas, a menos que a normalidade da vida a que as pessoas quiserem regressar não seja de todo possível”. E tudo indica que não será possível o regresso àquilo que se considerava “normal” – mesmo não sendo –, do jeitinho que era antes. Até uma vacina não ser criada, testada, aprovada e massificada, o que em média levará de um ano e meio a dois anos, não haverá o retorno à dita “normalidade” da *barbárie social* no limite extremo de estrangulamento. O cenário acena para o aprofundamento da barbárie.

É da condição humana o tormento da incerteza. O futuro virá, mas como sempre, derivado do presente. São as atitudes e disputas do presente que sobredeterminam os contornos do amanhã (e esses contornos são temerosos e sombrios, um túnel que não se vê a luz da saída à curto, e mesmo, médio prazo). O porvir é limitado (...) Logo, o futuro reúne duas qualidades importantes, qual seja, a incerteza e a limitação sobredeterminadas. (...) Os que conseguirem articular informações sobre a situação atual poderão estabelecer uma linha de cenários com maior probabilidade de confirmação. O abandono do caráter especulativo da análise passa por garantir honestidade no tratamento do que já sabemos, e talvez seja esta a maior das dificuldades. No presente está a resposta para o futuro (OTONI, 2020, p. 171 e 172. O parênteses é nosso).

Com base naquilo que se sabe, desde o limiar da década de 1980 está em curso o projeto da direita, da extrema-direita e da ultra-direita de rearticulação das relações de poder e força entre capital e trabalho e reestruturação da produção capitalista através do braço do Estado

político do capital e seu novo regime: o neoliberalismo, que cria as condições jurídico-políticas legais para a desregulamentação e flexibilização trabalhista, tributária, fiscal, previdenciária, de divisas, além das reformas infraconstitucionais.

Os conservadores e reacionários sempre arquitetam *projetos de longo prazo*, e vão tecendo as relações com os aparatos de poder, articulando-se em rede, criando todos os elementos para amparar e legitimar suas ideias e gerar um *novo consenso social*, requisitando a *formação* de um *novo homem* para uma *nova era*: o capital humano para o século XXI: da informação, da fluidez, da insegurança, das incertezas, da tecnologia, dos resultados, da produtividade, da responsabilidade individual, etc.

O patriarcalismo, o machismo, a xenofobia, o racismo, o ódio, o fanatismo religioso, o antipetismo, o anticomunismo, o antimarxismo, o resgate da família tradicional burguesa em oposição às degenerações ocorridas pelos desvios de “gênero” das novas configurações familiares modernas, a homofobia, a produção de inverdades que de tanto serem repetidas viram verdades e fazem da *irracionalidade da razão infundada* “um fato/fake” retornam, com toda a força, através de um fascismo redescoberto e atualizado, ocupando cada vez mais todos os espaços. Neopetencostais, partidos da direita, ultra-direta, conservadores, reacionários – e mesmo “muristas” –, intelectuais orgânicos ao capital, empresários apologistas do fasticídio fascistóide fazem alianças nacionais e internacionais.

Portanto, é possível dizer que o bolsonarismo é anterior à Bolsonaro e vai além dele, assim como Trump também é fruto desse processo e projeto arquitetado. Alie-se a tudo isso a crescente precarização da camada média da classe trabalhadora, que decai de seu padrão pequeno-burguês para o proletário, sendo inundada por frustração, ódio e revolta, procurando encontrar algum culpado pela sua situação de precariedade, sendo facilmente seduzida por discursos políticos demagógicos, populistas e de ódio aos estrangeiros (migrantes, imigrantes), homossexuais, aos partidos de “esquerda”, negros e asiáticos, etc. Misture todos esses ingredientes com uma austeridade imposta pelo capital global e seu regime neoliberal que atinge diretamente toda a classe trabalhadora e o segmento médio, agora proletarizado, dos países centrais e periféricos, e o aumento do desemprego estrutural que serve para disciplinar, docilizar, domar o trabalho vivo.

Diante desse panorama histórico-social, pode-se afirmar que, pós-pandemia, como

os neoliberais não se preocupam com a coerência do seu discurso, não deixarão de ser o que são por força de uma prova estatística, em números de vítimas, da imoralidade de sua ideologia. É mais provável que, após pandemia, apresentem um plano de “recuperação econômica” listando mais medidas de austeridade e retirada de direitos sociais. Por que os grandes especuladores financeiros pagariam pela crise? Não fizeram em 2008; por que fariam agora? (...) Evidentemente que a posição neoliberal

se fragiliza relativamente, evidente que é o momento de denunciá-la, aproveitar o seu recuo temporário para ganhar terreno na sociedade, mas ela continuará sobrevivendo enquanto seu bunker financeiro não for expurgado (OTONI, 2020, p. 176).

Não é possível negligenciar “as relações de poder, os instrumentos de controle e submissão exercidos pela minoria de bilionários sob o conjunto da humanidade”. Todas as ações esbarram “nos interesses reais de quem concentra o poder” (OTONI, 2020, p. 177). É irrefutável “que continuamos nas poderosas mãos de gigantes corporativos, que os interesses financeiros se apropriam dos próprios governos, que populações frustradas pela política que não lhes serve votam em qualquer demagogo que lhes alimente o ódio” (DOWBOR, 2020, p. 120).

Pelas questões problemáticas do nosso presente, precisa-se demais do “pessimismo da razão” para que brechas e fissuras possam ser abertas a fim de que possamos desenhar um outro e novo futuro. As ilusões e o medo, formas e meios de racionalização, não podem ocupar o lugar do entendimento. Depois que tudo passar, restaremos apenas NÓS MESMOS e não há com quem contar a não ser com NÓS POR NÓS.

As fraturas do sistema capital o deixarão exposto. Resta saber se aqueles que se dizem progressistas, de “esquerda”, do movimento popular e dos movimentos sociais saberão tirar proveito desse momento único e passageiro de exposição dos limites estruturais do capital e de sua incontrolabilidade, irreformabilidade e incorrigibilidade. Caso contrário, o “pós” continuará a ser a barbárie, ainda que num novo estágio, “se tivermos sorte” (MÉSZÁROS, 2003, p. 108).

“Barbárie, se tivermos sorte”? A necessidade de mobilização para ressurgimento dos movimentos organizados de massa com projeto político-social anticapital/anticapitalita/contra-hegemônico – apontamentos

Por tudo que se analisou, foi refletido e demonstrado, é possível enfrentar e superar a barbárie social e a tendência que se abre ao seu aprofundamento pós-pandemia? Considerando os fatos, o *positivo* é que as contradições do sociometabolismo global do capital ficaram expostas: consumismo desenfreado, produção destrutiva e destruição produtiva (para o capital e sua expansão/acumulação), hecatombe e genocídio ecológico, precarização e precariedade das condições salariais, existenciais, de trabalho, de jornada da classe trabalhadora mundialmente, consequências da privatização da saúde, da pesquisa científica, concentração e centralização privadas da riqueza socialmente produzida, etc.

Continuar esse caminho e tentar dar novo fôlego (novos deslocamentos das contradições evidenciadas) ao capital em crise estrutural por “medidas neokeynesianas”

(comprovadamente demonstrado não mais serem possíveis pelo atual estágio do capital global e das reciprocidades, complexas mediações e interdeterminações entre países centrais e periféricos na organização e funcionamento da economia mundializada), ou ainda mais draconianas em termos neoliberais, resultando em maior precarização e precariedade para a classe trabalhadora em escala global, acabará nos levando à autodestruição e a revoltas que serão violenta e exemplarmente reprimidas e massacradas por falta de um *projeto político-social alternativo ao capital e seu sociometabolismo sistêmico* e de uma *vanguarda revolucionária* capaz de estar e caminhar *ombreada* com a classe trabalhadora, com a massa, acompanhando-a desde sempre para poder, enfim, orientá-la e conduzi-la.

Numa sociedade de classes onde a divisão social, técnica, funcional e hierárquica do trabalho só faz se aprofundar, não resta dúvida de que se impõe a necessidade de “revolucionários profissionais”, como defende Lênin (1988), pois os trabalhadores não dispõem de tempo para uma apropriação sistematizada, racionalmente historicizada e aprofundada das lutas entre capital/trabalho e das lições e experiências acumuladas a partir dessas mesmas lutas.

Devido tal divisão, necessitam do auxílio daqueles que podem desempenhar essa tarefa como “trabalhadores assalariados”, mantidos pelos partidos, sindicatos, movimentos sociais para transmitir/construir esse conhecimento histórico-científico junto às massas, fazendo o trabalho de “agitação” e “propaganda” (Lênin, 1988) e também de análise, contextualização histórica, discussão, reflexão, *elevando-a* à condição de *intelectual*, como *não só pode mas deve ser*, somente não o sendo devido às condições materiais de existência, que obstaculizam o nível do seu desenvolvimento espiritual, muitas vezes abortando-o.

O grande problema a ser enfrentado é que a ligação com a base, com as massas, com as camadas populares foi quebrada e deixada de lado há um bom tempo pela dita “esquerda” e progressistas, como lembraram as vozes de Mano Brown (*Esquerda Diário*, 2018) e Leonardo Boff (*RBA*, 2018) à época das eleições de 2018, e a do próprio Lula “liberto” (*Carta Capital*, 2020), enfatizando a necessidade de reaproximação com as comunidades periféricas e a retomada dos trabalhos de base, como os de formação política para a juventude e a classe trabalhadora.

Essa era a forma de atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) nas décadas de 1960 a 1980, produzindo frutos que eclodiram na formação de lideranças de muitos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, capturadas pelo aparelho e aparatos do Estado nas décadas de 1990 e 2000, perdendo o vínculo com a massa, com o popular, com a base.

E educação popular é, em parte, devedora da formação política das CEB's, que formaram suas lideranças. Nas décadas de 1960 e 1970 grande foi a influência das ideias do socialismo científico e do materialismo histórico-dialético de Marx e Engels entre os leigos e em certas alas e organizações surgidas dentro da Igreja Católica devido à opção pela Igreja do Povo e dos pobres. Cristianismo e marxismo se aproximaram, como comprova Paulo Freire. Muitos romperam com a própria Igreja, por sentirem a necessidade de que os movimentos populares fossem *independentes* e *autônomos* em relação a ela, a partidos, sindicatos e demais movimentos institucionalizados/burocratizados.

Nesse sentido, vale ressaltar a diferença entre os *conselhos populares*, criados pela CEB's e os *conselhos comunitários*, criados pelo poder “público”-estatal na década de 1980 a partir da reabertura política como resposta à pressão da sociedade civil para que “o Estado se democratizasse” e garantisse a participação popular nas decisões políticas. Enquanto os conselhos comunitários serviram “para negociar as demandas dos movimentos populares e, desta maneira, neutralizar a força política que certas organizações passaram a ter com a crise política e econômica do País (...) (sendo) utilizados como forma de cooptação das lideranças e manipulação das demandas populares” (TAVARES, 2007, p. 17), resultando na *institucionalização* da participação popular, os *conselhos populares* “em oposição a essa instrumentalização da participação social, (...) passaram a investir suas energias em novos espaços de participação cujo foco estava na defesa da autonomia dos movimentos em relação ao Estado, (...) que não possuíam qualquer estruturação ou envolvimento institucional” (TAVARES, 2007, p. 17).

Os Conselhos Populares existiram em outros períodos e momentos do processo histórico-social (Comuna de Paris; conselhos operários na Alemanha, Itália e Espanha, os soviets, na Rússia, etc.), algo que é crucial de ser sempre e repetidamente lembrado.

Os teóricos marxistas clássicos já concebiam estes locais como instituições embrionárias de um governo revolucionário, cujos representantes receberiam um mandato imperativo e revogável, caso não seguissem estritamente as instruções dos representados, poderiam ser suspensos de suas funções (TAVARES, 2007, p. 16 - 17).

Em contraponto à *democracia representativa constitucional de direito*, cujos representantes não mantêm mais contato direto com os representados após eleitos e ficam no cargo por dois a quatro anos, podendo mesmo ser reeleitos e estender o seu tempo nos aparelhos e aparatos do Estado, os *conselhos* funcionam através da *democracia social direta*. As tarefas são atribuídas *em e* pela *assembleia popular* e aqueles que delas são incumbidos se tornam *mandatários do coletivo, jamais seus representantes*.

Além disso, estão em *contato direto e constante com a base*, com o coletivo, que acompanha suas ações, avalia sua eficiência e eficácia para o avanço da luta e caso não atenda e realize o que foi designado coletivamente têm seu mandato imediatamente revogado, sendo substituídos por outros, passando a trabalhar e desenvolver suas habilidades para servir o coletivo em outro momento, aprendendo em relação com os demais, na mobilização, organização, reflexão, estudo e luta (relações de sociabilidade).

Apenas com base nessas ínfimas informações é possível perceber a diferença substancial entre a *organização popular* e a *organização popular institucionalizada* (que, por isso mesmo, deixa de ser popular). Ilustrativo o exemplo do *Movimento de Conselhos Populares (MCP)*, do Ceará, e sua organização inicial entre 2002/2003. Tavares (2007, p. 21) destaca essa organização em sua matéria:

Criado há três anos em Fortaleza (CE), o Movimento de Conselhos Populares (MCP) nasceu com o objetivo de organizar e levar consistência política aos comitês populares formados em todos os bairros no período das eleições. A partir de então, todo um debate político foi travado com a intenção de organizar o povo com base nos ideais de organização independente, autônoma e democrática. Na contramão do que aconteceu no restante do País, em que os conselhos foram, em sua maioria, institucionalizados, em Fortaleza, o MCP conseguiu vencer as barreiras do clientelismo e da falta de representatividade que acabaram desarticulando a sociedade e desestimulando-a a participar de movimentos populares. Chegar até aqui, porém, não foi um trabalho fácil. “Foi preciso articular quase 80 assembleias populares em bairros, regionais e na cidade e mobilizar mais de 3 mil pessoas para conseguir elaborar uma síntese de reivindicações para ser entregue ao prefeito, ao secretário e ao presidente da Câmara”, explica um dos coordenadores do MCP, Igor Moreira. “Só assim foi possível construir um programa geral para a cidade, para que todos os Conselhos Populares se articulassem em torno desta luta”. Os Conselhos Populares criados em Fortaleza desde então (cerca de 40), são baseados em quatro princípios fundamentais: **independência em relação ao Estado em todas as suas esferas; autonomia em relação aos partidos e igreja; livre participação de qualquer morador do bairro e democracia em sua estrutura – o que significa a inexistência de diretoria ou presidência.** Aqui, as tarefas são designadas para uma pessoa pela própria Assembleia e as delegações de tarefas ou mandatos são revogáveis. **A função do MCP, portanto, é apenas de organizar essa rede de conselhos populares, fazendo a formação política de seus membros e articulando as lutas que são determinadas por cada núcleo,** informa Moreira. O coordenador afirma desconhecer experiências bem-sucedidas de Conselhos Populares que tenham as mesmas características dos órgãos instituídos em Fortaleza. “Sabemos o que aconteceu em São Paulo, na gestão da Luiza Erundina, e acreditamos que ali a experiência não deu certo porque faltou independência com relação aos governos e autonomia aos partidos. Mesmo aqui, durante a gestão da Maria Luiza Fontenele (PT), primeira mulher a governar uma capital brasileira, em 1986, os primeiros conselhos não obtiveram sucesso pelo mesmo motivo. No entanto, **quando propomos um modelo sem liderança, sem burocracia, nem estatuto, em que todos participam e que seja possível revogar o mandato de quem não cumpre determinada tarefa, isso faz com que todos passem a acreditar na proposta.** O próximo passo do MCP, segundo o seu coordenador, será atualizar as reivindicações dos conselhos a partir de um tripé baseado na organização popular, na formação política *cidadã* de seus membros e na mobilização de massa. “Só com isso conseguiremos fortalecer o movimento e torná-lo cada vez mais atuante”. (TAVARES, 2007, p. 21, os **negritos** e *italico* são meus).

Muita coisa transcorreu de lá para cá. O próprio MPC, pelo que parece, acabou sendo engolido pelo processo de institucionalização e legalização ao qual bravamente resistia e rechaçava, o que se explica pela mudança na forma de atuação das forças ditas progressistas e de esquerda, que ao invés de *tomar o poder político para derrubá-lo* (de político passa a ser público e as tarefas meramente administrativas), passaram a acreditar na ilusão de poder transformar o Estado Político, apossando-se dele via processo eleitoral e fazendo-o funcionar a favor da classe trabalhadora, “*socializando o poder político*” e “*democratizando o Estado*”, desaprendendo a lição histórica de que a natureza, a razão de ser do Estado, do seu surgimento é a opressão de uma classe por outra (ENGELS, 1984), garantindo a manutenção da sociedade de classes, a legitimação sacralizada, pela lei da propriedade privada, da riqueza socialmente produzida e a reprodução das desigualdades sociais, amenizadas pelas políticas “públicas-estatais”, agora focalizadas para os segmentos mais miseráveis, carentes e necessitados, excluindo os pauperizados e precarizados que também fazem parte da classe trabalhadora. Por isso mesmo Lênin (1978) já alertava que nenhum Estado pode ser “livre”, nem “popular”.

É preciso – hoje, mais do que urgente – retomar e restabelecer a organização social popular para reconstituir e fortalecer o *poder social*, que é o verdadeiro *poder público*. Pode-se aprender importantes lições com os *conselhos bolivarianos* criados por Hugo Chávez, na Venezuela, como também com a *Comuna* (do século XXI) da cidade de Oaxaca (DANTAS, 2016), no México. Na verdade, é premente resgatarmos aquelas lutas entre trabalho e capital onde a classe trabalhadora ousou tomar o poder político e transforma-lo em poder social – como a *Comuna de Paris* (1871) –, em poder público realmente, organizando-se de forma independente e autônoma a partidos, sindicatos, igrejas e demais instituições sociais (ou aparelhos privados de hegemonia, para usar uma expressão gramsciana). Essas devem ser nossas referências para *ensaiar* formas de organização social popular qualitativamente superiores às formas de representação da democracia social burguesa.

Trata-se do processo de auto-organização e autogestão das massas. Como afirma Antunes (2020, p. 186 e 187. Os itálicos são do autor),

a auto-organização popular talvez seja o principal elemento desse período tão trágico e tão destrutivo (...) as esquerdas majoritárias não podem mais continuar seguindo sua rota tradicional; o desafio da esquerda social será o de atuar junto à vida cotidiana dos/as trabalhadores/as e avançar no desenho e na proposta de apresentar um *novo projeto humano e social, um novo modo de vida*, para além dos constrangimentos impostos pelo sistema de metabolismo antissocial do capital. O cenário social e político é o pior dos mundos: a extrema-direita, em várias partes, está assumindo sua posição ultra-agressiva, “antissistêmica”, que atribui a si a capacidade de “mudar o mundo”, mesmo sabendo que sua propositura é a porta de entrada para o inferno de Dante, uma vez que ela sela a finitude do que resta de vida civilizada. (ANTUNES, 2020, p. 186 e 187, os *itálicos* são do autor).

É o *resgate e retomada atualizados* dos trabalhos e atividades junto às massas que poderá munir e fortalecer as forças anti-capital, anti-capitalistas e contra-hegemônicas, criando um *poder paralelo*, extra-parlamentar, não institucionalizado, como os soviets (conselhos de operários, camponeses, soldados) russos, os conselhos populares, as comunas oaxaquenhas. Ombreado com eles deverão estar e atuar os *revolucionários*⁷, aqueles que transmitirão, sistematizarão e construirão o projeto político-social de transição e superação positiva do sociometabolismo do capital, da nova forma de organização e produção socioeconômica, fazendo com que a massa se transforme, efetivamente, em povo e tome ciência da sua condição de classe, desenvolva e eleve sua consciência de classe no processo de organização e luta, adquirindo cada vez mais força, apreendendo qual a sua verdadeira tarefa e lugar na história.

Mészáros (2011) também caminha na mesma direção, conforme Antunes (2011), já que para ele

qualquer tentativa de superar esse sistema sociometabólico que siga a *linha de menor resistência do capital*, que se restrinja à esfera *institucional e parlamentar*, está fadada à derrota. Em contrapartida, apenas uma política radical e extraparlamentar reorientando a estrutura econômica poderá ser capaz de destruir o sistema de domínio social do capital e sua lógica destrutiva. (ANTUNES, 2011, p. 16).

As *forças revolucionárias* precisam fazer sua *autocrítica* e se *reinventar*. O passado pode iluminar sua deformação e degenerescência atual, dando os parâmetros para o seu necessário renascimento e reconstrução. Estar ombreado com a massa, com a classe trabalhadora hoje, morfológicamente modificada e mais complexa em termos de interdeterminações e mediações entre os seus segmentos, camadas e facções, exige reavaliação e replanejamento das *táticas* tendo em vista o fim (a estratégia), que é a *superação* do sistema capital e do modo de produção capitalista.

Um exemplo é que não se tem a “periferia”, mas sim “periferias”. Há aquelas das grandes conurbações, onde o *tráfico* e o *narcotráfico* dominam e regulam a territorialidade e sociabilidade locais, como também as que apresentam outra lógica de funcionamento e sociabilidade quando as organizações criminosas ainda não se fazem tão onipresentes e oniscientes. Ainda há as diferenças entre as periferias da “zona urbana” e da “zona rural”, além do fato de que na própria área urbana existem inúmeras outras periferias cuja dinâmica de vida

⁷ Todos aqueles que não desejam *apenas* reformas, mas sim *reformas estruturais*, que por sua radicalidade, enfrentando e questionando os limites da ordem, do poder político-jurídico burguês, evidenciam a *incapacidade do capital em se reformar estruturalmente*, denunciando seu caráter irreformável, incorrigível e incontrolável, colocando, na ordem do dia, a necessidade da revolução social, revolucionando, pela raiz, o modo de produzir e organizar as condições materiais de existência e, por conseguinte, também as espirituais.

é alterada pelo entorno, caso esteja num bairro considerado de elite, de “classe média” (alta, média, baixa) ou de pobre. Muitas são as variantes e suas múltiplas determinações.

Concorda-se com Mészáros (2011) quando diz que só teremos êxito se levarmos em consideração a herança legada pelas lutas de *caráter* revolucionário do passado – e aqui entram as lutas na América Latina, na Europa e em todos os continentes e regiões do planeta onde os explorados, espoliados, oprimidos e dominados se mobilizaram (mobilizam), organizaram (organizam) e lutaram (lutam), com muitos sacrificando as próprias vidas, para por fim a toda e qualquer forma de exploração e dominação do homem pelo homem. Nas palavras do autor, “não poderemos ter êxito se não construirmos conscientemente sobre a herança que eles nos legaram algo como uma tarefa para o futuro redefinida no presente, de acordo com as circunstâncias vigentes” (MÉSZÁROS, 2011, p. 95).

“Os tremendos problemas de nosso universo social serão confrontados, mais cedo ou mais tarde, com as suas dimensões *substantivas*, em oposição à *camuflagem formal de democracia e liberdade* que todos conhecemos”, sentencia Mészáros (2011, p. 95). A igualdade que se tem pelo Estado de Direito burguês é a *formal*, perante a lei, embora até essa seja questionável, uma vez que pode ser *reinterpretada* de diversas formas, caso se tenha condições econômico-financeiras de contratar um bom advogado, que a vira pelo avesso. Igualdade *substantiva*, que é a de condições reais e objetivas de vida, em todas as suas dimensões, inexistente, porque no cotidiano se reproduzem as desigualdades sociais de classe, raça e sexo, mais do que evidenciadas com a crise sanitária que se está vivendo com o Covid-19.

A atual crise que estamos vivendo com a SARS-COV-2 e as medidas tomadas por vários Estados (do Capital) ao redor do mundo, com destaque para Estados Unidos, Inglaterra, Brasil, privilegiando a economia ao invés dos seres humanos, usando a situação de emergência para medidas de exceção que tendem a se manter após a poeira baixar, contribui para evidenciar que o “rei está nu”, colocando às claras

a essência perversa e destrutiva do sistema de metabolismo antissocial do capital, (que) destrói o trabalho e a humanidade, destrói a natureza, explora e oprime intensamente as mulheres, os negros e as negras, os/as indígenas, impede a busca vital da *igualdade substantiva*, a felicidade da juventude, a plena liberação sexual, etc. É chegada a hora de obstar, barrar, travar e impedir mais devastações, mais sujeição, mais desumanização (ANTUNES, 2020, p. 188).

Infelizmente, uma fissura foi aberta por essa grande crise mas não poderá ser aproveitada. Isto porque *não há um movimento unificado e articulado de massa*, das *camadas populares*, da *classe trabalhadora e suas diferentes camadas* como um todo, conduzida por *revolucionários* profissionais e *revolucionários* vindos das *lutas formativas/educativas*

cotidianas de enfrentamento *ofensivo/radical* ao capital e ao modo de produção capitalista. Não há projeto político-social, de alma social, ou seja, com medidas efetivamente planejadas para revolucionar o modo das relações sociais de produção, a base da vida socioeconômica, e sem isso torna-se impossível, contando com a força e apoio das massas, de implementar a política radical para superar as resistências e obstáculos que inviabilizam a concretização da “nova forma histórica” buscada.

A “*ação política*”, e não a política, transforma-se no *momento predominante* no período histórico de transição (MÉSZÁROS, 2002, p. 1076), pois são necessárias e imprescindíveis *mudanças radicais imediatas* que *coloquem em xeque* os meios institucionais/institucionalizados existentes (limitados) – daí a necessidade de um poder social organizado, combativo e fortalecido por suas próprias bases sociais (independente e autônomo) e consciente do fim a alcançar, criando os meios qualitativamente adequados para essa realização –, pressionando-os e acuando-os a tal ponto que as decisões essenciais sejam analisadas, discutidas e decididas pelos conselhos populares e demais formas tomadas pela organização popular.

Tempos de grande crise econômica abrem sempre uma brecha razoável na ordem estabelecida, que não mais tem êxito na distribuição de bens e que servira como sua inquestionável justificativa. Tais brechas podem ser alargadas a serviço da reestruturação social, ou de fato fechadas por um prazo maior ou menor, no interesse da continuidade da sobrevivência do capital, dependendo das circunstâncias históricas gerais e da relação de forças na arena política e social. Dada a dimensão temporal do problema – isto é, a escala de tempo relativamente longa para a produção de resultados econômicos significativos durante o enfrentamento de urgência da crise –, somente uma iniciativa política pode influir na brecha: fato que muito enfatiza o poder da ação política sob tais condições. (...) Entretanto, desde que as manifestações imediatas da crise são econômicas – da inflação ao desemprego, e da bancarrota de empresas industriais e comerciais locais à guerra comercial em geral e ao colapso potencial do sistema financeiro internacional – a pressão que emana da referida base social inevitavelmente tende a definir a tarefa imediata em termos de encontrar respostas econômicas urgentes ao nível das manifestações da crise, enquanto são deixadas intactas as suas causas sociais. Assim, a definição econômica do que necessita ser feito, bem como do que pode ser feito sob as circunstâncias da reconhecida “emergência econômica” – de “apertar os cintos” e “aceitar os sacrifícios necessários” para “criar empregos reais”, “injetar novos fundos de investimento”, “aumentar a produtividade e a competitividade” etc. –, impõe premissas sociais da ordem estabelecida (em nome de imperativos puramente econômicos) sobre a iniciativa política socialista, potencialmente favorecia pela crise antes de sua readoção inconsciente do horizonte socioeconômico do capital. Como resulta do, o potencial reestruturador da política revolucionária é anulado ao dissipar-se no curso do enfrentamento com tarefas econômicas estreitamente definidas – invariavelmente a expensas de suas próprias bases – dentro do marco das velhas premissas sociais e determinações estruturais, terminando, desse modo, contra a intenção original, por ajudar a revitalização do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 1076 e 1077).

Embora a citação seja longa, é essencial sua transcrição porque retrata, de maneira lúcida e racional, o impasse atual do nosso momento histórico-social, o refluxo de décadas da

ofensiva e luta revolucionária da classe trabalhadora pelas inseguranças, incertezas e medo do desemprego maciço/estrutural e das formas de precarização existencial, salarial e de trabalho em escala global. Não há espaço, condições nem lugar para o “momento” da política social radical. De modo que,

tanto a estrutura socioeconômica existente quanto seu correspondente conjunto de instituições políticas tendem a agir contra as iniciativas radicais através da sua própria inércia, tão logo tenha passado o pior momento da crise e assim se tornando possível contemplar novamente “a linha de menor resistência”. E ninguém pode considerar “reestruturação radical” a linha de menor resistência. (...) Nenhuma conquista econômica imediata pode oferecer uma saída para este dilema, prolongando o espaço vital da política revolucionária, já que tais conquistas – feitas nos limites das velhas premissas – atuam em direção oposta, aliviando os sintomas da crise que mais pressionam, reforçando, assim, o velho mecanismo reprodutivo abalado pela crise. Como a história mostra exaustivamente, ao primeiro sinal de “recuperação” a política é empurrada para seu papel tradicional de sustentar e reforçar as determinações socioeconômicas dominantes – a própria alardeada “recuperação”, alcançada na base das “motivações econômicas bem-intencionadas”, atua como justificativa ideológica auto-evidente para reverter à subserviência o papel rotineiro da política, em harmonia com a estrutura institucional dominante – e, por consequência, a política radical só pode acelerar sua própria renúncia (encurtando, ao invés de estender como poderia, o “momento” favorável de maior intervenção política”, consentindo em definir o seu próprio escopo em termos de alvos econômicos determinados, os quais, de fato, são necessariamente ditados pela estrutura socioeconômica estabelecida em crise (MÉSZÁROS, 2002, p. 1077).

Novamente, apesar da extensão da assertiva, a justificativa está na sua relevância em esclarecer os pontos cruciais de nossas fragilidades e vulnerabilidades hodiernas. Uma “política radical” só pode frutificar e se erigir, solidamente, onde haja organização, força e consciência *tática e estratégica* pelo e do *poder social/popular* ombreado com os revolucionários que lutam pela autodeterminação humana. É ele quem embasa o “momento” de intervenção da *ação política radical* guiada por uma *política-social radical* que visa revolucionar a base socioeconômica da sociabilidade capitalista e superar o sociometabolismo sistêmico do capital.

É justamente o que precisamos (re)construir de modo sistemático, racional e com embasamento e fundamentação histórica/científica, a fim de que possa surgir “uma bem-sucedida conversão de um ‘tempo transitório’ a ‘um espaço permanente’ por meio da reestruturação dos poderes de tomada de decisão” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1077 e 1078).

Para que a política radical, alicerçada em sua base social, possa atingir e garantir a reestruturação dos poderes de tomada de decisão, necessita “transmitir, no auge da crise, suas aspirações – na forma de efetivos poderes de tomadas de decisão – ao próprio corpo social, do qual as demandas materiais e políticas subsequentes podem emanar e, assim, sustentar sua própria linha estratégica, em lugar de militar contra ela” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1078).

É nesse percurso que os espaços tradicionais da política-institucional inerte são afrontados e questionados, assim como as formas estritamente institucionais da ação política.

As camadas populares, a totalidade da classe trabalhadora multifacetada (campo e cidade), que passam a compreender a proposta socialista e de sua transição para a “nova forma histórica” divulgadas no momento crítico da crítica à crise, evidenciando sua raiz e razão de ser, acabam incorporando as metas radicais da política radical socialista como a única alternativa possível à barbárie social e ao processo de autodestruição planetária e humana.

Tais metas passam a fazer parte permanente do corpo social como um todo, como bem ilustra o caso da Revolução Russa e seu processo histórico-social de 1900 a 1917, culminando com “todo poder aos soviets” para a conquista do poder-político e sua posterior destruição/extinção⁸ e a reabsorção/reassunção do poder pelo social, “para a esfera da auto-atividade da massa” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1078). Eis a razão da conclusão a que chega Mézáros (2002, p. 1078):

A ofensiva socialista não pode ser levada à sua conclusão positiva, a menos que a política radical tenha êxito em prolongar seu momento, e seja capaz de implementar as políticas requeridas pela magnitude de suas tarefas. O único caminho, entretanto, no qual o momento histórico da política radical pode ser prolongado e estendido – sem, eis o ponto, recorrer a soluções ditatoriais, contra as intenções originais – é fundir o poder de tomada de decisão política com a base social da qual ele foi alienado durante tanto tempo, criando, por esse meio, um novo modo de ação política e uma nova estrutura – determinada genuinamente pela massa – de intercâmbios socioeconômicos e políticos. É por isso que uma “reestruturação da economia” socialista só pode processar-se na mais estreita conjugação com uma reestruturação política, orientada pela massa, como sua necessária condição. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1078):

É sabido que a suspensão do confinamento social decorrente da pandemia do Covid-19 poderá ser marcada por novos períodos de isolamento, dependendo dos índices de contágio e situação dos hospitais públicos para atendimento dos infectados. Essas oscilações de abertura e fechamento durará, numa previsão otimista, mais ou menos uns dois anos. Nesses momentos de *retorno controlado* às atividades, precisamos começar a organizar um plano/projeto político-social de atuação junto às massas, à classe trabalhadora como um todo, nas periferias (urbanas e rurais), aproveitando as condições, circunstâncias e situação aberta pela crise estrutural do capital para trabalhar a elevação da consciência de classe, da organização/formação/atuação político-social, preparando as condições subjetivas para as novas fissuras objetivas que não tardarão a reaparecer devido às novas crises que se avizinham. Um trabalho que levaria pelo

⁸ Polêmica a qual não se irá adentrar, já que não é o objeto deste ensaio. De todo modo, é lícito elencar alguns pertinentes problemas, como a questão do “centralismo democrático” do “Partido”, fruto de desavenças entre Lênin e Rosa Luxemburgo, como também a questão de um “Partido de Massas” ou um “Partido de Vanguarda”, a organização desses partidos, suas táticas em correspondência e qualificação da estratégia, o papel da “espontaneidade das massas” sem descambar no espontaneísmo. Talvez essas querelas entre os dois revolucionários possam hoje ser revisitadas e iluminadas com as lições extraídas (e a extrair) da Revolução Russa após 1917 até a morte de Lênin, em 1924.

menos, por baixo, meio século, pode agora – pela tragédia vivenciada e perversidade das respostas dadas pelo capital, retirando-lhe grande parte das máscaras – ser encurtado para umas três décadas, quiçá menos.

Considerações finais

Diante dos explícitos estragos socioeconômicos já provocados (e em processo) pela pandemia do SARS-COV-2 (COVID-19) em escala global, vem à tona uma não-novidade do capitalismo: a sua incapacidade (eternamente negada), sobretudo em suas facetas ultra-neoliberais e de cunho fascistas, em oferecer à humanidade condições mínimas e dignas de sobrevivência.

A atual pandemia, ao se apresentar como “a crise”, assume uma culpa que definitivamente não é dela. Mas, assim se apresentando, tende a dissimular o verdadeiro vírus (o capital) que é a real natureza da crise, uma vez que está se verifica na própria sequência de DNA desse modo de produção que já há alguns anos adentrou em sua fase não-mais-cíclica, mas que se manifesta de forma mais duradoura, mais sistêmica, mais crônica e intensamente expressiva em suas consequências aos seres humanos e à natureza.

O cenário que se desenha: uma saída por vias keynesianas – quer seja, mais capitalismo – tão somente objetiva aparelhar o capital com “ventiladores pulmonares”, com vistas a retirá-lo da UTI. Ao ressuscitar Keynes para salvar a burguesia brasileira se evidencia ou se escancara a lógica da *necropolítica*, em que o Estado está para servir o capital e os seres “humanos” embrutecidos dotados da consciência deste capital – leia-se: os capitalistas.

A barbárie em curso se apresenta como uma experiência praticamente inevitável aos que sobreviverem. A saída Keynesiana, em sua faceta emergencial, necessariamente após curtíssimo prazo, se voltará para a lógica da precarização em suas diversas dimensões: das relações de trabalhos e vínculos, dos trabalhos, das qualificações, dos salários e do próprio ser humano. Tal precarização também se expandirá para os principais ativos públicos, como saúde e educação, em nome da saúde dos orçamentos públicos, como exigência da dominação sem sujeito: o mercado.

Perante o estado de coisas, o cenário não se desenha mais. Está posto! Torna-se, portanto, urgente a mobilização das massas em suas bases, com vistas a um projeto contra-hegemônico, anti-capital. Algo, indubitavelmente, desafiador, uma vez que o processo histórico

de fragmentação do trabalho e dos trabalhadores impôs a perda de pertencimento e legitimidade de classe. Não enxergam nem percebem mais seu lugar comum.

Por isso, é premente que saibamos aproveitar o tempo que ainda nos resta. A única saída deste paradoxo histórico-social é resgatar, retomar e atualizar o trabalho junto às massas. Assim, quando uma nova e grande crise estourar, talvez não precisemos responder como *Bacurau* ou *Gotham City*, mas sim com uma “política social radical” pautada num *projeto político-social de transição socialista* para a edificação de uma “nova forma histórica”, deixando de ser apenas uma *subversão espontânea* (ainda que provocada) isolada, para ser um movimento capaz de gerar um internacionalismo proletário, um levante articulado de todos os explorados, oprimidos, espoliados e dominados do mundo contra o capital e seu sociometabolismo.

Ensaaiemos! Persistamos como Sísifo, afinal, “as verdades esmagadoras desaparecem ao serem reconhecidas. (...) convencido da origem humana de tudo o que é humano, cego que deseja ver e que sabe que a noite não tem fim, ele está sempre em marcha. A rocha ainda rola”. Dentre as lições, “(...) Sísifo ensina a fidelidade superior que nega os deuses e ergue as rochas. (...) A própria luta para chegar ao cume basta para encher o coração de um homem. É preciso imaginar Sísifo feliz” (CAMUS, 2009, p. 139 e 141).

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. O Vilipêndio do Coronavírus e o imperativo de Reinventar o Mundo. *In*: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo. Ilustração: Carlo Giambarresi. **Quarentena**: reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6, 2020. *E-book*. (Projeto Editorial Práxis).

_____. Introdução: a substância da crise. *In*: MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. 2 ed. rev. ampl. Tradução: Francisco Raul Cornejo *et.al.* São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do Trabalho).

AZEVEDO, Edgar; FAGUNDES, Tito. Pandemia, crise e luta de classes. **Boletim Classista**, n. 20, abr. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1muJbfBBSPPBo87srP0BFLdEpykgHOUBfH/view>. Acesso em: 29 abr. 2020.

BARROS, Albani de. **Precarização**: degradação do trabalho no capitalismo contemporâneo. Maceió: Coletivo Veredas, 2019.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRAZ, Matheus Viana. A pandemia de covid-19 (sars-cov-2) e as contradições do mundo do trabalho. **Revista Laborativa**, v. 9, n. 1, abr. 2020, p. 116-130. Disponível em: <https://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa/article/view/3192/pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRUM, Eliane. O vírus somos nós (ou uma parte de nós). **El País**, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-25/o-virus-somos-nos-ou-uma-parte-de-nos.html>. Acesso em: 29 abr. 2020.

BYUNG-CHUL HAN. O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã, segundo o filósofo Byung-Chul Han. **El País**, 22 mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>. Acesso em: 29 abr. 2020.

CAMUS, Albert. **O Mito de Sísifo**. 7. ed. Tradução: Ari Roitman e Paulina Watch. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2009.

CHESNAIS, François (org.). **A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configurações, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOMSKY, Noam. Capitalismo Selvagem e a sobrevivência da humanidade. *In*: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo. Ilustração: Carlo Giambarresi. **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. Bauru: Canal 6, 2020. *E-book*. (Projeto Editorial Práxis).

COGGIOLA, Osvaldo. **A Crise Global – uma abordagem do período de 2007 à 2012**. Porto alegre: Pradense, 2012.

_____. **Questões de História Contemporânea**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991. (Coleção Mínima, Ciências Sociais).

CONTRA TODA NOCIDIDAD. As epidemias na era do capitalismo. *In*: ANARQUISTAS no território dominado pelo Estado brasileiro. **A Luta é pela Vida!** escritos anarquistas sobre capitalismo, pandemia e a luta pela vida. Mar. 2020. Livreto. *E-book*. Disponível em: https://faccasoficticia.noblogs.org/files/2020/03/LUTA_PELA_VIDA_F.pdf. Acesso em: 22 mar. 2020.

DANTAS, Gilson. **México rebelde: OAXACA, uma comuna do século XXI**. 2. ed. São Paulo: Edições Iskra, 2016.

DOWBOR, Ladislau. Além do Coronavírus. *In*: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo. Ilustração: Carlo Giambarresi. **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. Bauru: Canal 6, 2020. *E-book*. (Projeto Editorial Práxis).

DURAND, Cédric. **Le capital fictif: comment la finance s'approprie notre avenir**. Paris: prairies ordinaires. 2014.

ENGELS, Friedrich. Humanização do Macaco pelo Trabalho (I). Apêndice. *In*: ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza**. 3. ed. Prólogo: J.B.S. Haldane. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Pensamento crítico, v. 8)

_____. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 12. ed. Tradução: Leandro Konder. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

EVANGELISTA, Olinda; SOUZA, Artur Gomes de. Pandemia: janela de oportunidade para o capital educador. **Contrapoder**, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/pandemia-janela-de-oportunidade-para-o-capital-educador/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA DE TURIM. Epidemia: massacre do Estado?. *In*: ANARQUISTAS no território dominado pelo Estado brasileiro. **A Luta é pela Vida!** escritos anarquistas sobre capitalismo, pandemia e a luta pela vida. Mar. 2020. Livreto. *E-book*. Disponível em: https://faccaoficticia.noblogs.org/files/2020/03/LUTA_PELA_VIDA_F.pdf. Acesso em: 22 mar. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volume 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IASI, Mauro Luis. Pré-história, pós-pandemia e o que virá. **Resistir.Info**, 17 abr. 2020. Disponível em: https://resistir.info/pandemia/iasi_17abr20.html. Acesso em: 30 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: segundo trimestre de 2019. **Indicadores IBGE**, 28 ago. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_2tri.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

KRENAK, Ailton. **O Amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LÊNIN, Vladimir I. **Que fazer?** as questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**: Escritos políticos. 2 ed. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 3, v.3, t.2. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos: José Arthur Giannotti. Tradução: José Carlos Bruni *et.al.* 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Supervisão editorial: Leandro Konder. Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. Organização e Introdução: Marco Aurélio Nogueira. Tradução: Marco Aurélio Nogueira, Leandro Konder. Petrópolis: Vozes, 1989.

MASI, Domenico de. Coronavírus anuncia revolução no modo de vida que conhecemos. **Folha de São Paulo**, Ilustríssima, São Paulo, 22 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/03/coronavirus-anuncia-revolucao-no-modo-de-vida-que-conhecemos.shtml#:~:text=%5BRESUMO%5D%20Soci%C3%B3logo%20italiano%20narra%20situa%C3%A7%C3%A3o,viver%20mais%20racionais%20e%20proveitosos.> Acesso em: 8 abr. 2020.

MELO, Tarso de. Ricardo Antunes e o proletariado em tempos de pandemia. **Revista Cult**, 03 abr. 2020. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/o-proletariado-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. 2 ed. rev. ampl. Tradução: Francisco Raul Cornejo *et.al.* São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do Trabalho).

_____. **O Século XXI**: socialismo ou barbárie? Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. 2. ed. Tradução: Georg Toscheff e Marcelo Cipolla. São Paulo: Ensaio, 1996. (Cadernos Ensaio, Pequeno formato; v.5).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Como o COVID-19 afetará o mundo do trabalho?**. 3 abr. 2020. Disponível em: www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_740753/lang--pt/index.htm. Acesso em: 6 abr. 2020.

OTONI, Pedro. Presente e Futuro: sete apontamentos. *In*: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo. Ilustração: Carlo Giambarresi. **Quarentena**: reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6, 2020. *E-book*. (Projeto Editorial Práxis).

PACHECO, Priscila. O que muda até agora na lei trabalhista por conta da pandemia de Covid-19. **Aos Fatos**, Rio de Janeiro, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/o-que-mudou-ate-agora-na-lei-trabalhista-por-counta-da-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

PERIFERIA EM MOVIMENTO. Pela vida de nossas mães: o manifesto de filhas de domésticas em quarentena. **Periferia em Movimento**, 19 mar. 2020. Disponível em:

<http://periferiaemmovimento.com.br/pela-vida-de-nossas-maes-o-manifesto-de-filhos-de-domesticas-sem-quarentena/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

REDAÇÃO [DA CARTA CAPITAL]. Lula diz que PT deve voltar para a periferia e se aproximar de evangélicos. **Carta Capital**, 26 jan. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/lula-diz-que-pt-deve-voltar-para-a-periferia-e-se-aproximar-de-evangelicos/>. Acesso em: 22 mar. 2020.

RODRIGUES, Thiago. O apoio crítico de Mano Brown ao PT: ‘eu não gosto desse clima de festa’. **Esquerda Diário**, 25 out. 2018. Disponível em: www.esquerdadiario.com.br/O-apoio-critico-de-Mano-Brown-ao-PT-eu-nao-gosto-desse-clima-de-festa. Acesso em: 29 abr. 2020.

REDAÇÃO RBA. Leonardo Boff: ‘vamos voltar para as bases. Sairemos melhores e mais qualificados’. **Rede Brasil Atual**, 12 nov. 2018. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/11/boff-vamos-voltar-para-as-bases-sairemos-melhores-e-mais-qualificados/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

SAFATLE, Vladimir. O Estado Suicidário. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo. Ilustração: Carlo Giambarresi. **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. Bauru: Canal 6, 2020. *E-book*. (Projeto Editorial Práxis).

SALA, Mauro. Não entendi nada!: reflexões sobre o primeiro dia de ead na rede estadual paulista. **Esquerda Diário**, 28 abr. 2020. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Nao-entendi-nada-Reflexoes-sobre-o-primeiro-dia-de-EaD-na-rede-estadual-paulista>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SEFERIAN, Gustavo. Dez considerações sobre a pandemia e o ensino a distância e portaria do Mec. **Brasil de Fato**, Direitos e Movimentos Sociais, [São Paulo], 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/26/dez-consideracoes-sobre-a-pandemia-o-ensino-a-distancia-e-portaria-do-mec>. Acesso em: 8 abr. 2020.

SEVERO, Valdete Souto. Sobre a COVID-19 e as nossas escolhas. In: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo. Ilustração: Carlo Giambarresi. **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. Bauru: Canal 6, 2020. *E-book*. (Projeto Editorial Práxis).

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

TAVARES, Juliana. A Voz das Ruas. **Sociologia ciência & vida**, ano I, n. 8, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. **O Império do Capital**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.